

Diário do Legislativo de 12/03/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 9ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 10/3/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.434 a 1.436/2004 - Requerimentos nºs 2.477 a 2.488/2004 - Requerimentos da Comissão de Segurança Pública e outra e do Deputado George Hilton - Comunicações: Comunicações da Comissão de Política Agropecuária, da Bancada do PSDB e outras e do Deputado Antônio Carlos Andrada - Comunicação não Recebida: Comunicação do Deputado Sidinho do Ferrotaco - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Paulo Piau e Ivair Nogueira, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questão de ordem - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado George Hilton; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 273/2003; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão de Segurança Pública e outra; aprovação - 2ª Fase: Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782; discurso do Deputado André Quintão - Questões de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Hélio Costa, Senador (2), prestando informações a respeito dos Requerimentos nºs 1.775/2003, da Deputada Ana Maria Resende, e 1.819/2003, do Colégio de Líderes.

Do Sr. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas, encaminhando cópias de convênios firmados com os Municípios de Alto Jequitibá, Aricanduva, Betim, Conceição do Pará, Franciscópolis e Poté. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marcus Pestana, Presidente do Conselho Curador da FHEMIG, solicitando a indicação de dois representantes desta Casa para compor o referido Conselho.

Do Sr. Rodrigo Figueira de Oliveira, Promotor de Justiça, informando a impossibilidade de seu comparecimento a reunião realizada nesta Casa. (- À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Marize Maria Gabriel de Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.829/2003, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira.

Do Sr. Paulo Roberto Ferreira, Diretor de Correições da Administração Penitenciária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.125/2003, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindifisco, encaminhando convite para o Seminário Estadual do Fisco Mineiro. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.346/2003.)

Da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Belo Horizonte e Região - SINTEI -, encaminhando propostas para elaboração de projeto de lei que vise a organizar trabalhadores na economia informal desta cidade em shoppings populares. (- À Comissão do Trabalho.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei Nº 1.434/2004

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio a Pais, Amigos e Dependentes - APAD -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio a Pais, Amigos e Dependentes - APAD -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2004.

Vanessa Lucas

Justificação: A referida Associação possui por finalidades precípuas: levar amplos conhecimentos à sociedade sobre os efeitos e as consequências das drogas e do álcool no organismo humano; orientar as famílias que tenham dependentes sobre a melhor maneira de lidar com eles; estimulá-los a aceitar o tratamento; cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas no tratamento de dependentes e incentivar a criação de outras unidades.

Pelos relevantes serviços prestados pela entidade, e por apresentar ela os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que se lhe pretende outorgar.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Cria o Selo Empresa-Cidadã, vinculado às empresas que apresentarem balanço social, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Capítulo I

Da Criação do Selo Empresa-Cidadã

Art. 1º - Fica criado o Selo Empresa-Cidadã de Minas Gerais, a ser concedido às empresas privadas e públicas e às sociedades de economia mista que apresentarem responsabilidade social empresarial, auferidos mediante a apresentação do balanço social, nos termos desta lei.

Art. 2º - Fica autorizado o Executivo, em conjunto com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, proceder à entrega do Selo Empresa-Cidadã, nos termos desta lei.

Art. 3º - O Selo Empresa-Cidadã terá validade de um ano.

Art. 4º - Para fazerem jus ao Selo Empresa-Cidadã, compete às empresas referidas no art. 1º:

I - apresentar o balanço social, conforme o modelo do Anexo I desta lei;

II - demonstrar que investiram no ano no mínimo 2% (dois por cento) do valor do Imposto de Renda;

III - juntar quantos documentos forem necessários para demonstrar, objetivamente, o investimento efetuado;

IV - encaminhar o balanço social e a documentação juntada ao órgão do Executivo, nos termos de decreto.

Capítulo II

Do Balanço Social

Art. 5º - O balanço social é um instrumento que afere os resultados sociais realizados pelas empresas de pequeno, médio e grande portes, tanto no que diz respeito aos benefícios para seus empregados, quanto no que diz respeito à comunidade a que estão vinculadas.

Art. 6º - O balanço social será composto necessariamente pelos seguintes indicadores, entre outros fatores exemplificados no Anexo I:

I - valor investido na saúde dos funcionários, assim compreendido:

a) plano de saúde;

b) assistência médica;

c) programas de medicina preventiva;

d) programas de qualidade de vida;

e) outros gastos com saúde;

II - valor investido em educação, assim compreendido:

a) treinamento;

b) programas de estágios;

c) reembolso de educação;

d) bolsas de estudos;

e) gastos com bibliotecas públicas;

f) gastos com brinquedotecas públicas;

g) outros gastos com educação e treinamento dos empregados;

III - valor investido em outros benefícios, assim compreendido:

a) seguros;

b) empréstimos;

- c) gastos com atividades recreativas;
- d) creches;
- e) outros benefícios oferecidos aos empregados;

IV - valor investido em contribuições para a sociedade, assim compreendidos os investimentos na comunidade nas áreas de:

- a) cultura;
- b) esportes;
- c) habitação;
- d) saúde pública;
- e) saneamento;
- f) segurança;
- g) urbanização;
- h) defesa civil;
- i) educação;
- j) pesquisa;
- l) obras públicas;
- m) campanhas públicas;
- n) investimentos em entidades sem fins lucrativos;
- o) outros gastos sociais na comunidade;

V - valor investido em meio ambiente, compreendendo:

- a) reflorestamento;
- b) despoluição;
- c) gastos com introdução de métodos não poluentes;
- d) outros gastos que visem à conservação do meio ambiente.

Art. 7º - Para fins de publicidade, a empresa privada, pública ou de economia mista divulgará os resultados do balanço social.

§ 1º - A divulgação de que trata o "caput" deste artigo será feita, preferencialmente, através de afixação de cartaz ou painel informativo nas principais entradas da empresa, nos seis primeiros meses da sua execução e ao final de cada exercício, facultada a publicação na imprensa local.

§ 2º - Fica garantido o acesso e a divulgação do balanço social aos empregados da empresa referida no art. 1º, aos órgãos governamentais e do Legislativo, aos sindicatos, às universidades e às demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2004.

Leonardo Quintão

Anexo I

Modelo de Balanço Social

1) Base de Cálculo

	2001			2000			
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)			
Receita Líquida (RL)							
Resultado Operacional (RO)							
Folha de Pagamento Bruta (FPB)							
2) Indicadores Sociais Internos							
	Valor R\$	% sobre FPB	% sobre RL	Valor R\$	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação							
Encargos sociais compulsórios							
Previdência privada							
Saúde							
Segurança e medicina no trabalho							
Educação							
Cultura							
Capacitação e desenvolvimento profissional							
Creches ou auxílio-creche							
Participação nos lucros ou resultados							
Outros							
Total - Indicadores Sociais Internos							
3) Indicadores Sociais Externos							

Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Habitação						
Esporte						
Lazer e diversão						
Creches						
Alimentação						
Outros						
Total das Contribuições para a Sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores Sociais Externos						
4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa						
Em Programas e/ou projetos externos						
Total dos Investimentos em Meio Ambiente						
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados terceirizados						

Nº de empregados acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros						
Nº de empregados portadores de deficiência						
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e

trabalho			incentiva			incentiva
voluntário, a empresa:						
7) Outras Informações						

Justificação: É notório que a responsabilidade social já não pertence exclusivamente ao Estado. O Terceiro Setor é importante parceiro para a solução, o fomento e o financiamento de programas com o objetivo de dirimir os problemas sociais. Cada vez mais, a iniciativa privada participa de programas sociais dentro ou fora de suas empresas, procurando construir uma sociedade mais justa e fraterna.

A sociedade é um elemento importantíssimo nas políticas públicas brasileiras. Já não se pode falar de ação social sem se levar em conta os voluntários, as empresas, as ONGs e outros parceiros que lutam lado a lado com o Estado para construir um País melhor.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -, entre 1998 e 1999, Minas Gerais é o Estado mais solidário do Sudeste brasileiro. O estudo apontou que 81% das empresas mineiras realizaram algum tipo de ação social nesse período, percentual superior à média da região (67%). A participação do Estado é quase duas vezes maior que a das empresas do Espírito Santo (45%), deixando também para trás o Rio de Janeiro (59%) e São Paulo (67%).

Conforme pesquisa realizada pela FIEMG em mais de 553 empresas de Minas Gerais, 78% têm algum projeto na área social. As áreas sociais em que as empresas mais investem são: 54% assistência social, 40% alimentação ou abastecimento, 33% educação, 26% esporte, 20% qualificação profissional, 19% saúde, 17% alfabetização, 16% lazer e recreação e 15% meio ambiente. Os principais motivos das ações sociais são: 54% - colaborar para a redução dos problemas sociais; 41% - motivos humanitários; 37% - atender à comunidade próxima da empresa; 26% - inspiração pessoal de dirigente da empresa; 22% - demandas da sociedade; 14% - "marketing" social; 12% - satisfação dos empregados; 11% - atender a apelo das campanhas públicas; 1% - abater no imposto de renda.

É vasta a produção legislativa nesse sentido. Na esfera federal, temos os Projetos de Lei nºs 3.116/97 e 32/99. Na esfera estadual, tem-se, no Rio **Grande do Sul**: Lei nº 11.440, de 18/1/2000 - Projeto de Lei sobre Responsabilidade Social, que foi transformado na Lei nº 11.440. Na esfera municipal, tem-se, no Município de São Paulo, SP: a Resolução nº 5/98, que "cria o Dia e o Selo da Empresa-Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social e dá outras providências". Essa resolução está em vigor e já premiou diversas empresas na Cidade de São Paulo. No Município de Santo André, SP: o Projeto de Lei nº 4/97 tornou-se a Lei nº 7.672, de 18/6/98, que "cria o Selo Empresa-Cidadã às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu balanço social e dá outras providências". No Município de Porto Alegre, RS: a Lei nº 8.118, de 1998, de autoria do Vereador Hélio Corbelini do PSB, que "cria o balanço social das empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências". No Município de João Pessoa, PB: o Projeto de Resolução nº 4/98, do Vereador Júlio Rafael, que "institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social e dá outras providências".

Por sua vez o balanço social não é uma idéia nova. Desde o início do século XX registram-se manifestações a favor desse tipo de comportamento; contudo, foi somente a partir da década de 60, nos Estados Unidos da América, e no início da década de 70, na Europa - particularmente na França, na Alemanha e na Inglaterra -, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e se consolidou a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

A idéia de responsabilidade social das empresas e do balanço social popularizou-se, na década de 70, na Europa. E foi a partir dessa idéia que, em 1971, a companhia alemã Steag produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais; porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, propriamente dito, ocorreu na França em 1972: foi o ano em que a empresa Singer fez o, assim chamado, primeiro balanço social da história das empresas.

Na França, várias experiências consolidaram a necessidade de uma avaliação mais sistemática por parte das empresas no âmbito social. Até que, em 12/7/77, foi aprovada a Lei nº 77.769, que tornava obrigatória a realização de balanços sociais periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários. Esse número caiu posteriormente para 300 funcionários.

No Brasil, os ventos dessa mudança de mentalidade empresarial já podem ser notados na "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", publicada, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - FIDES - chegou a elaborar um modelo; porém, só a partir do início da década de 90 é que algumas empresas - muito poucas - passaram a levar a sério essa questão e a divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.

Dessa forma, o balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, que foi realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que carrega o nome de balanço social. No mesmo período, estava sendo realizado o BS do Sistema TELEBRÁS, publicado em meados da década de 80. O do Banespa, realizado em 1992, compõe a lista das empresas precursoras em balanço social no Brasil.

Há muito, se fala em responsabilidade social da empresa. E, de fato, pode-se observar que algumas empresas, aqui no Brasil, têm levado a sério suas relações com a comunidade, com o meio ambiente e com seu próprio corpo de funcionários. Até porque, nos últimos anos, essas relações se tornaram uma questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial, quando pensamos em longo prazo. Isso sem falar, é claro, do lado ético e humano que a responsabilidade social envolve e, por sua vez, pode desenvolver.

A função principal do balanço social da empresa é tornar pública a responsabilidade social da empresa. Isso faz parte do processo de pôr as cartas na mesa e mostrar com transparência para o público em geral, para os atentos consumidores e para os acionistas e investidores o que a empresa está fazendo na área social. Assim, além das poucas linhas que algumas empresas dedicam nos seus balanços patrimoniais e dos luxuosos modelos próprios de balanço social que estão surgindo, é necessário um modelo único - simples e objetivo. Esse modelo vai servir para avaliar o próprio desempenho da empresa na área social ao longo dos anos e também para comparar uma empresa com outra. Empresa que cumpre seu papel social atrai mais consumidores e está investindo na sociedade e no seu próprio futuro. E mais ainda: tem o direito, antes do dever, de dar publicidade às suas ações; porém essa propaganda será cada vez mais honesta e verdadeira, desde que se utilizem parâmetros iguais e se permitam comparações por parte dos consumidores, dos investidores e da sociedade.

O objetivo principal de quem atua nessa área deve ser, obviamente, a diminuição da pobreza e das injustiças sociais, através da construção de uma cidadania empresarial, ou seja, do desenvolvimento de sólida e profunda responsabilidade social nos empresários e nas empresas, na busca por maior, melhor e mais justo desenvolvimento humano, social e ambiental.

A ampliação do número de empresas que publiquem seu balanço social também nesse modelo único deve ser o grande objetivo deste

momento; por isso é preciso somar esforços. E cabe aqui ressaltar que, se o custo de publicar um balanço social nesse modelo simples é bem próximo a zero, essa decisão passa para esfera da vontade política e do nível de compromisso que cada empresa tem com a sociedade.

Estas são algumas das empresas que investem na área social, apresentando algumas balanço social:

3M do Brasil, ABB - Asea Brown Boveri, Abril S.A., Acesita S.A., Aché - Laboratórios Farmacêuticos S.A., AGF Brasil Seguros S.A., Akzo Nobel Ltda. - Divisão Organon, Alcoa, Alpargatas S.A., Alternex, Aracruz Celulose S.A., Asbace ATP S.A., Azaléia, Bahia Sul, Banco da Amazônia - BASA, Banco do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banco do Nordeste, Banco Itaú, Banco Santos, Banespa, Bank Boston, Belgo-Mineira - Empresas Belgo-Mineira, Berlitz Centro de Idiomas S.A., BioBrás - MG, BM&F, BR Distribuidora, Brasil Telecom, Brasmotor S.A., Bristol - Myers Squibb, Caiuá - Serviços de Eletricidade, Cassi, CEB - Cia. Energética de Brasília, Cecrisa, Caixa Econômica Federal, Centrais Elétricas de Goiás S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A., CELPE, Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., CEMIG, Companhia Energética de São Paulo, Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM -, Cia. Carris Porto-Alegrense, Cia. Força e Luz do Oeste, Cia. Nacional de Energia Elétrica, Cia. Paulista de Trens Metropolitanos, - CPTM, COELBA, Coemsa, Cohab, Confab, Conpasul Construção e Serviços Ltda., COPEL, COPENE, COPESUL, COSERN, COSIPA, CPTM - Cia. Paulista de Trens Metropolitanos, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, DataPrev, De Nadai Alimentação S.A., Deten Química, Dpaschoal, Eletrobrás, Centrais Elétricas no Norte do Brasil S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A., Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., EMATER, EMBRAER, EMBRAPA, Emepa, Empresa Bras. Correios e Telégrafos, DR Rio Gde do Sul, Emparn, Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Jornalística Tropeiro dos Pampas Ltda., Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A., EPAGRI, EPAMIG, Espírito Santo Centrais Elétricas, Eskalab Com e Rep Ltda., FEBRABAN, Fersol Ind e Com Ltda., Free Hotel São Paulo, Fronap, Furnas Centrais Elétricas S.A., Gelre Trabalho Temporário S.A., Gerdau (Metalúrgica Gerdau S.A.), Gessy Lever, Glaxo Wellcome, Globo Cabo, Grupo Editorial dos Sinos S.A., Grupo J Macedo, Grupo José Pessoa, Grupo Orsa, Grupo Pão de Açúcar, Grupo Parks S.A., Hidrau Torque Com. e Imp. Ltda, Indústrias e Comércio Chapecó, Inepar, InfoGlobo, Infraero, Intermédica Saúde Ltda., IPA, Ipiranga Petróleo, Klabin - Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A., Kreybel Empreendimentos Imobiliários Ltda., Light - Serviços de Eletricidade S.A., Lorenatur Turismo Ltda., Marcopolo S.A., Marisol, Mec-Tronic Components, Medial Saúde S.A., Merrill Lynch, Metalúrgica Jackwal S.A., Mills do Brasil Estruturas e Serviços Ltda., Minas da Serra Geral S.A., Minerações Brasileiras Reunidas - MBR, Multialloy Eng de Mat Ltda., Natura, Nitrofértil, Nitroquímica, Odebrecht S.A., Odontoclínicas do Brasil, Parapanema S.A., Parks Comunicação Digital, Perdigão S.A., Pesagro-Rio, Petrobrás S.A., PetroFlex, Petros, Pisa Papel de Imprensa S.A., Previ, Qualitatividade, Randon S.A., RBS (Rede RBS de Comunicações), Rede Globo de Televisão, RGE - Rio Grande Energia S.A., Rio Tinto Brasil, SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de S Paulo, Sadia S.A., Saganor S.A., Samitri S.A. - Mineração da Trindade, SAR - Sul América Refrigeração, Schemco Indústria de Plásticos, Schering do Brasil, Sebrae-CE, SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos S.A., SERPRO, Siemens do Brasil, Sistema Firjan, Sogil - Sociedade de Ônibus Gigante, Springer/Carrier, Suprisoft - Suprimentos Logísticos para Computadores Ltda., Telemar - Tele Norte Leste Participações S.A., Thyssen Fundições Ltda., Trensurb (Empresa de Trens Urbanos Ltda.), Tupy S.A., Unibanco S.A., Usiminas, Valdéia Artefatos Plásticos Ltda., Volkswagen, Volvo, Votorantim Celulose e Papel, Weg S.A., Yazigi - Inter Nexus, YPF (Repsol YPF)

O Selo Empresa-Cidadã se encontra vinculado à apresentação do balanço social, pois é uma alternativa objetiva de se auferir o reconhecimento. O Brasil é um Estado democrático de direito (art. 1º da Constituição Federal), e é vedado qualquer critério subjetivo por parte da administração pública, ou seja, deve a conduta administrativa se pautar na impessoalidade (art. 37 da Constituição Federal). Destarte, é imperioso se utilizar um critério objetivo para se premiarem as empresas que apresentarem responsabilidade social. Surge, portanto, como alternativa mais justa o balanço social.

Como apresentado acima, há leis que já trazem em seu cerne a vinculação do selo com o balanço, por exemplo Lei nº 7.672, de 1998, do Município do Santo André, SP. Não se trata de dois temas diferentes tratados numa única lei, mas são temas interdependentes. Um, sem o outro, não possui eficácia nem eficiência normativa.

E a autorização do Executivo em proceder à entrega do Selo se justifica por reconhecer que este Poder é também um agente importante no desenvolvimento da responsabilidade social empresarial.

Algumas iniciativas de se lançarem a idéia e a prática da realização do balanço social e do estímulo à responsabilidade social das empresas vêm ocorrendo nos últimos anos e, mais do que nunca, precisam continuar, ser ampliadas e incentivadas. Dessa forma, o poder público vem colocando em foco esse tema, por acreditar que a parceria entre as empresas, o Governo e a sociedade é fundamental para reduzir a pobreza e a injustiça social, promovendo maior progresso e desenvolvimento social e humano.

Minas Gerais não pode escusar-se dessa evolução histórico-política. E é dever desta Casa lançar-se na vanguarda da defesa e da disseminação de novos modelos de políticas públicas, sempre com o escopo de defender o povo e, principalmente, os menos favorecidos.

Assim sendo, cria-se o Selo Empresa-Cidadã vinculado ao balanço social. Um prêmio que reconhecerá a importância do Terceiro Setor e agradecerá as entidades atuantes em Minas Gerais. O Selo Empresa-Cidadã e o balanço social são instrumentos de construção de uma nova cultura, que acredita já não ser o problema social apenas do Governo, mas de toda a sociedade.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado José Milton. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 212/2003, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.436/2004

Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A empresa concessionária de serviço de abastecimento de água no âmbito do Estado instalará, por solicitação dos consumidores, hidrômetros individuais em unidades de condomínio.

Parágrafo único - As despesas decorrentes da aquisição e da instalação do equipamento correrão às expensas do consumidor.

Art. 2º - O teor desta lei será divulgado ao consumidor por meio de informação impressa na conta mensal de água emitida pela empresa concessionária.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2004.

Adalclever Lopes e Leonardo Quintão

Justificação: A medição individualizada de água em apartamentos constitui-se numa metodologia muito importante para a redução do desperdício domiciliar, pois permite que cada um conheça o seu consumo e pague proporcionalmente a ele.

O sistema tradicionalmente utilizado para medição do consumo de água nos apartamentos de edifícios multifamiliares é injusto porque a cobrança pelos serviços é efetuada com base na média do consumo registrado no hidrômetro do ramal predial do edifício, rateado pelo número de apartamentos. Além de injusto socialmente, esse sistema não incentiva a redução do consumo de água, visto que, mesmo sendo o usuário cuidadoso e econômico, essa economia não se reflete diretamente na sua conta de água/esgotos.

Assim sendo, independentemente do consumo individual real de cada apartamento, tenha ele um ou dez moradores, sempre a cobrança pelos serviços é feita de forma igual. E mesmo que o consumidor viaje e mantenha o apartamento fechado, sempre pagará como se estivesse normalmente consumindo, o que é ainda mais grave.

Com o sistema de medição tradicional, o usuário normalmente não se sente motivado a reduzir o consumo de água e a utilizá-la racionalmente; como resultado, o consumo fica 30% maior no edifício, chegando esse índice, algumas vezes, a 40%.

Podemos comparar o sistema de medição global tradicionalmente utilizado nos edifícios ao da instalação de um hidrômetro na entrada da rede que abastece um bairro hidráulicamente isolado e à cobrança de todas as contas pela média de consumo, o que leva a grandes injustiças.

Do lado do usuário, a medição individual do consumo de água nos apartamentos induz à mudança de hábitos, favorecendo a redução do desperdício. Outro fator importante é que o consumidor se sente justificado, já que pagará pelo consumo real.

Por essa razão, a medição individual de água em apartamentos constitui-se numa metodologia destinada à indução do usuário a uma postura de uso racional do produto. O Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDA -, promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento através do Departamento de Saneamento da Secretaria de Política Urbana, por meio do documento técnico "Tecnologias Poupadoras de Água nos Sistemas Prediais", diz, textualmente, no item "Controle do Desperdício": "Medições individuais em condomínios podem também contribuir como medição de controle do desperdício. A responsabilidade sobre o consumo com influência direta na conta de água tem impacto na redução do volume de água consumido".

Também a Norma Alemã DIN 1988 - Parte II - traz em seu item 9.3: "Em edificações com mais de uma família (prédios de apartamentos) deve-se prever a instalação de hidrômetro em cada unidade habitacional. A necessidade de distribuição justa dos custos da água entre os inquilinos de imóveis de aluguel - um problema cada vez mais atual em função dos custos crescentes da água - traz à tona já há algum tempo a questão da colocação de hidrômetros individuais para apartamento, com finalidade de economizar água."

No Brasil, da mesma forma, os custos crescentes da água têm tornado necessária uma metodologia de cobrança mais justa, razão pela qual muitos Estados e municípios já tem regulamentada a exigência de instalação de hidrômetros em apartamentos, como é o caso das cidades de Olinda, São Paulo, Porto Alegre e Vitória.

Essa sistemática comum em países da Europa, há poucos anos foi incorporada ao meio tecnológico de várias cidades brasileiras.

Submetemos, pois, à apreciação dos nobres colegas o nosso intento de lei e aguardamos sua aquiescência ao projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.477/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulada manifestação de congratulações com a Escola Estadual Coronel Paiva, no Município de Ouro Fino, pelo transcurso do 95º aniversário de sua criação.

Nº 2.478/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH - pelo transcurso do 40º aniversário de sua fundação. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 2.479/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Felixlândia pelo transcurso do 55º aniversário de sua emancipação política. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.480/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Fiat do Brasil pelo anúncio do investimento de R\$3.000.000.000,00 no Estado e pelo transcurso do 31º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 2.481/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Escola Estadual Governador Milton Campos pelo transcurso do 150º aniversário de sua fundação.

Nº 2.482/2004, do Deputado Fahim Sawan, solicitando seja formulado apelo à Secretária da Educação com vistas a que seja implementada a campanha educativa de prevenção do uso de drogas, da violência, das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez precoce, prevista na Lei nº 13.080, de 1998. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 2.483/2004, do Deputado Leonardo Quintão, solicitando seja formulado apelo ao Chefe da Polícia Civil com vistas a que seja implantada delegacia especializada de crimes contra a mulher em Governador Valadares. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.484/2004, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado voto de congratulações com a diretoria, funcionários e alunos da Escola Santo Tomás de Aquino pelo transcurso de seu cinquentenário.

Nº 2.485/2004, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja efetuado o pagamento de fevereiro aos professores contratados da rede estadual. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 2.486/2004, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Juiz Diretor do Foro de Montes Claros com vistas a que seja agilizada a prestação jurisdicional nessa comarca. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.487/2004, das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Congresso Nacional referente ao assassinato de servidores do Ministério do Trabalho ocorrido no Município de Unaí.

Nº 2.488/2004, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Corregedor-Geral do Ministério Público com vistas a que seja apurada a violação de direitos humanos que tem sido denunciada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Governador Valadares.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Segurança Pública e outra e do Deputado George Hilton.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Política Agropecuária, da Bancada do PSDB e outras e do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Comunicação não Recebida

- A Mesa deixa de receber a seguinte comunicação:

COMUNICAÇÃO

Do Deputado Sidinho do Ferrotaco, notificando o falecimento do Sr. Walter Lombardi, ocorrido em 5/3/2004, nesta Capital. (- Idêntica comunicação foi apresentada anteriormente pelo Deputado Domingos Sávio.)

Oradores Inscritos

- Os Deputados Paulo Piau e Ivair Nogueira, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questão de Ordem

A Deputada Marília Campos - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, peço a palavra para transmitir algumas informações sobre os acontecimentos que hoje ocorrem em Unaí. Pela segunda vez, essa cidade acolhe uma grande manifestação de trabalhadores. A primeira ocorreu organizada pelos Auditores Fiscais e seus sindicatos; a segunda, organizada pelas centrais sindicais e pelos movimentos estudantil e popular.

A minha indagação é o que essas manifestações desejam. A primeira, a segunda e outras tantas que virão. Essas mobilizações referem-se a, no mínimo, três grandes questões. Sr. Presidente, primeiramente essas pessoas repudiam o assassinato dos fiscais da DRT e do motorista, que ocorreu há 40 dias.

Segundo, reivindicam garantia de condições de trabalho para os fiscais da DRT. Terceiro, reivindicam apuração do crime e punição dos culpados.

Na primeira vez, eu e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Virgílio Guimarães estivemos lá, em nome da Assembléia Legislativa e das Comissões do Trabalho e de Segurança Pública, apoiando as manifestações. Hoje, 40 dias após aquele bárbaro assassinato, não tomamos conhecimento de nenhuma informação sobre as investigações. Fizemos uma audiência pública que envolveu as Comissões do Trabalho e de Segurança Pública. Essa audiência, que nos permitiu acompanhar de perto todo o processo de mobilização e investigações, aprovamos importante requerimento. Tramita na Câmara dos Deputados a PEC nº 235, que prevê o confisco de terras onde for verificado o trabalho escravo. O requerimento aprovado na audiência pública pede que essa PEC tramite em caráter de urgência. É muito importante sua aprovação, pois é uma forma efetiva de combater o trabalho escravo no País.

Não poderia omitir uma informação importante e lamentável, fornecida pelo representante do Ministério Público nessa audiência, o Procurador André Ubaldino, de que a força-tarefa, anunciada pelo Governo Federal logo após os assassinatos, não foi constituída. A pergunta que coloco, como uma forma de cobrar do Governo Federal uma informação, é: por que não foi constituída a força-tarefa? Será que o fato de não haver sido constituída não dificultou a apuração em relação aos culpados pelos assassinatos de Unaí? Isso provocou uma surpresa generalizada, e, por essa razão, estaremos amanhã em Brasília, em audiência pública com o Ministro da Justiça, para cobrar essa informação.

Nossa luta não se resume a apenas cobrar a apuração desses fatos. Queremos mais. Queremos que o trabalho escravo seja eliminado do nosso País. Dados da Comissão Pastoral da Terra mostram que mais de 25 mil trabalhadores encontram-se em situação análoga à condição de escravo no País. São trabalhos degradantes, e essa luta deve ser do conjunto dos Deputados desta Casa, contra o trabalho escravo, contra o trabalho degradante.

Sem dúvida alguma, nós, da Comissão do Trabalho e da Comissão de Segurança Pública, que já estamos acompanhando essa questão, daremos continuidade a essa luta, travada também pelo Governo Federal, de combate à terceirização e ao trabalho escravo e a favor da alteração do Código Penal, ocorrida em dezembro, quando este passou a criminalizar os responsáveis pelo trabalho escravo.

Estaremos promovendo mobilizações e acompanhando as que ocorrerem em Minas Gerais e no Brasil. Amanhã estaremos em Brasília, cobrando do Governo Federal o resultado das apurações e o motivo por que não foi constituída a força-tarefa anunciada. Obrigada.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.487/2004, das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho, e 2.488/2004, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Política Agropecuária - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 2.328/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira (Ciente. Publique-se.); pelas Bancadas do PSDB, do PDT, do PTB, do PPS e do PSB, informando a constituição do Bloco Parlamentar Social Progressista - BPSP, e indicando o Deputado Antônio Carlos Andrada como Líder do referido Bloco; e pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, indicando os Deputados Carlos Pimenta, Neider Moreira, Arlen Santiago e José Milton para Vice-Líderes do BPSP (Ciente. Às Comissões e cópia às Lideranças.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado George Hilton, solicitando a inclusão em ordem do dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2003.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 273/2003, do Deputado Paulo Piau, que institui a política estadual de apoio ao cooperativismo. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho, em que solicitam seja enviado ofício à Delegacia Regional do Trabalho, com vistas à obtenção de cópia dos relatórios de fiscalização de autoria do Sr. Néelson José da Silva, Auditor Fiscal do Trabalho, relativos aos estabelecimentos rurais situados no Município de Unaí. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a discussão das demais matérias constantes da pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782, que altera a denominação e o objeto da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão, que disporá de 45 minutos.

- O Deputado André Quintão profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Percebendo, Sr. Presidente, de plano, que não há quórum para o prosseguimento dos trabalhos, solicito o encerramento da reunião.

O Deputado Weliton Prado - Parabenizo o Deputado André Quintão, que está discutindo o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782. Dentro do tema, abordou também a questão das estradas em nosso Estado. Minas Gerais tem a maior malha viária de todo o País. Sabemos também que há estradas aqui totalmente intransitáveis, que precisam, portanto, de que os Governos Federal e Estadual tomem uma posição, o mais urgente possível, com a participação, inclusive, da sociedade civil.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Batalhão Mauá, da cidade de Araguari, que faz um trabalho belíssimo de recuperação das estradas. Não se trata de "tapa-buracos" não, mas de recuperação mesmo. A estrada que o Batalhão recupera é de qualidade e, portanto, um serviço belíssimo, exemplar para todo o País.

Gostaria também de dizer que o Governo Federal teve a coragem de mexer no vespeiro. Então, como exemplo, estradas que ficariam em 10 milhões no Governo passado, no atual Governo ficam em torno de 6 milhões, reduzindo-se em 30% o valor dessas obras.

Isso é transparência, é honestidade. Faltam recursos, mas esse problema precisa ser resolvido pelos Governos Federal e Estadual.

Parabenizo o jornal "Diário da Tarde", que publicou reportagem sobre um assunto que debatemos na reunião de ontem, ou seja, as dificuldades dos professores designados, que trabalharam em fevereiro, mas não receberam seus salários. A matéria traz detalhes sobre a manifestação realizada ontem, em frente à Secretaria da Educação, na Av. Amazonas. Mais de 2 mil professores pararam o trânsito por alguns minutos, solicitando que o Governo do Estado cumpra sua obrigação e pague seus salários. Se trabalharam em fevereiro têm direito a receber no mês

subseqüente. Isso é direito de todos os trabalhadores.

Diz a reportagem: "Professores. Em protesto bem-humorado, designados do Estado saem na Av. Amazonas, de verde e rosa, atrás do pagamento, em referência à escola de samba Mangueira, que homenageou a Estrada Real. Ironizando a participação de Minas no samba-enredo da Mangueira, do Rio de Janeiro, e acusando o Governo do Estado de estimular empresários mineiros a patrocinarem o desfile da escola de samba, os professores vestiram verde e rosa, cores da Mangueira".

Parabenizo esses servidores. Temos de sair às ruas, protestar, colocar a boca no trombone e exigir nossos direitos. Conforme a reportagem, 80 mil professores da rede estadual de ensino ficarão sem receber seus salários. Como pagarão água, luz, telefone, supermercado e transporte? Existe um auxílio-transporte de R\$30,00 por mês. O problema é que a maioria dos professores gasta mais de R\$10,00 por dia somente com transporte. Infelizmente, o Governo do Estado não aumentou esse valor, que está muito aquém das necessidades dos servidores.

Como irão trabalhar sem receber seus salários? Como pagarão aluguel e farão as despesas de casa? A justificativa do Governador é que não existem funcionários para fazer a folha de pagamento. O Estado de Minas, um dos maiores da Federação, não tem funcionários suficientes para fazer a folha de pagamento? Isso é incompetência. Conhecemos as dificuldades enfrentadas pelo Governo. Estamos à disposição nesta Casa para ajudar a fazer as mudanças necessárias. Em certas circunstâncias, precisamos elogiar o Governador, e não criticá-lo. Está em constante diálogo com o Governo Federal. Minas foi o Estado que mais recebeu recursos federais, que resultaram em grandes investimentos. Isso prova que o Governador está realizando boas articulações. Mas temos de denunciar o que está errado. Existem muitas coisas erradas, principalmente sobre a educação e a saúde.

O nosso objetivo é sensibilizar todos os parlamentares desta Casa para que possamos resolver o problema de todos os designados e não apenas os da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a matéria, existe uma possibilidade de a Secretaria procurar alternativas para os professores da Região Metropolitana. Como ficarão aqueles das demais regiões do Estado? Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, serei breve e não polemizarei sobre o assunto, porque isso é elementar. Não há Deputado nem cidadão mineiro que, por algum momento, queira discutir a questão da legitimidade de se efetuar o pagamento em dia, a começar pelo Governador Aécio Neves. Em que pesem a todas as dificuldades que encontrou no primeiro ano de Governo, o Governador procurou administrar as finanças a fim de pagar em dia o 13º salário, em vez de promover muito discurso e bravata, numa atitude de seriedade para com os servidores públicos. Se, por um lado, é uma obrigação, por outro, ninguém lembrava quando, na história de Minas Gerais, isso foi praticado, tamanho o descaso que o Estado mantinha na relação com os servidores. Isso começou a mudar e mudou. Logo, o Governo do Estado está pagando rigorosamente em dia os seus servidores.

O que o Deputado Weliton Prado trouxe novamente a esta tribuna não corresponde a uma realidade referente à rotina do Estado. Por quê? Porque se tratam de professores designados. Essa designação ocorreu em razão de obediência a orientações judiciais e cumpre um trâmite burocrático. Ao assumir, todo servidor sabe que não há como pagá-lo sem que seja cumprido o trâmite burocrático de se realizar o empenho. Foi apenas isso que ocasionou o atraso momentâneo, que está sanado. O Governo demonstrou e informou claramente que não só há recurso disponível para isso, priorizado com absoluta tranquilidade para os servidores, como também estão sendo tomadas as providências necessárias para que esse pagamento seja efetivamente depositado na conta de cada um dos servidores. Naturalmente, a partir de março, a rotina se estabelece. Quer dizer, o servidor já entrará na rotina da folha de pagamento global do Estado.

Portanto, tentam criar um fato político para passar a idéia de que há um atraso do Estado em relação à folha de pagamento dos servidores. Isso não corresponde à verdade. A situação específica dos designados existe como sempre existiu, principalmente nas ocasiões em que há um número grande de designação no início de ano letivo. Isso obedece primeiramente a uma rotina burocrática, para que se efetue o pagamento de maneira correta. Não se pode pagar alguém sem que haja o empenho, o livro de ponto, ou seja, todos os procedimentos que a própria lei exige do Governo. Então, a questão não é estar atrasado ou em dia, mas cumprir um rito que a lei exige do Governador.

Logo, é importante ressaltar isso, porque, senão, passa-se para a comunidade, a população, uma idéia de que o Governo está-se recusando...

Sr. Presidente, a nossa fala não tem propósito algum de polemizar. Volto a dizer que não estou polemizando, acusando nem defendendo. Nessa questão, o Governo nem sequer precisa de defesa, posto que a folha de pagamento dos servidores do Estado da ativa e dos aposentados está rigorosamente em dia, cumprindo os calendários programados. Há uma vantagem; esses calendários estão sendo encurtados, se compararmos com o praticado anteriormente e o décimo-terceiro pago em dia. Especificamente, os servidores designados tiveram naturalmente de aguardar que o processamento do seu ponto, do seu contrato e do empenho relativo ao salário, tramitasse como a lei exige, para que o Governo efetuasse o pagamento.

Logo, a situação é de absoluta normalidade. Para tranquilizar os professores, a fim de que continuem desempenhando as suas funções, é importante dizer não só isso, como também informá-los que verifiquei isso, pois é minha função. Está-se providenciando o pagamento relativo a fevereiro e a março. Aliás, no mês de março, será efetuado junto com todo o conjunto da folha de pagamento do Estado dentro da mais absoluta normalidade.

Sr. Presidente, era o que tinha a esclarecer, para que não paire dúvida sobre a seriedade do Governador Aécio Neves e do seu respeito para com os servidores públicos, especialmente os da educação. O objetivo de minhas palavras é tranquilizá-los. Estamos aqui atentos. Eles receberão os seus salários, e o Governador está procurando pagá-los rigorosamente em dia.

O Deputado Irani Barbosa - Fico, às vezes, até arrepiado com a defesa veemente que o PT faz do Governo Federal e do ataque que faz ao Governo do Estado, num momento em que, sabemos, foi um erro, mas obviamente o Governador não teve culpa no processo. Ele tem pessoas encarregadas para isso. Lamentamos o atraso no pagamento, porque o servidor contratado é o mais sacrificado do Estado, o que menos garantias tem, e sempre a corda arrebenta do lado mais fraco. Precisamos mudar essa situação. O funcionário público já é sacrificado neste Estado, e teve a defesa do partido do Governo Federal durante o período em que buscavam alçar a Presidência da República. Depois disso, virou contradição. Hoje eles querem defender o funcionário público do Estado, mas sacrificam os funcionários públicos federais, os velhinhos, os menos favorecidos, aqueles que dependem mais do dinheiro do Governo para sobreviver, o caso da Polícia Federal, que o Governo não quer discutir.

Antigamente, toda discussão a respeito de salário era válida. Hoje, não se discute. Faço um apelo para fazermos uma moção de apoio e pedir que o Waldomiro volte para o Governo. Vejam bem! Não há dinheiro para nada, mas o filho do José Dirceu está sendo beneficiado em altas negociações em Brasília, com liberação de verbas e intermediação entre ele e todos os ministérios, a fim de buscar recursos para uma determinada cidade no Paraná, onde é candidato a Prefeito. Liberou mais de R\$8.000.000,00, com interveniência do Sr. Waldomiro. Esse homem é uma consagração para este País. Tínhamos de buscá-lo de volta. Quem sabe ele, assessorando o PT de Minas, não consegue liberar dinheiro do Governo Federal para amenizar o sofrimento da população do Estado? Faço um apelo. Creio que todos concordam, esse Waldomiro ficou famoso, e agora mais ainda. O Waldomiro, que não tinha ligação com José Dirceu, tem ligações afetivas, efetivas e comprometedoras com seu filho. Está aqui, noticiado por todos os jornais do País.

Estou encaminhando um requerimento a V. Exa. solicitando informações sobre todos os grampos telefônicos instalados em todas as operadoras

de telefonia do Estado. Estou encaminhando esse documento à Secretaria da Segurança do Estado e também às operadoras de telefonia, para que enviem a relação de todos os números de telefones grampeados, os nomes dos donos e a cópia das gravações. O que temos sentido é que, quando o Deputado defensor dos bandidos faz algum pedido à Secretaria da Segurança, esse pedido é atendido na hora, e grampeiam o telefone de todo o mundo. No caso em que esse Deputado, defensor de bandido, defendeu aquela bandida da Cida Porto, ex-Vereadora de Ribeirão das Neves, há o envolvimento dele, direto; três ou quatro vezes esteve na Secretaria da Segurança, pessoalmente, com o Secretário e com o Corregedor, para engavetar processo dessa senhora. Curiosamente, alguns meses atrás, foi pedido a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário dessa senhora.

A Secretaria da Segurança encaminhou o processo ao Juiz da Vara Cível de Ribeirão das Neves para pedir a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico daquela senhora, bandida, presa em flagrante no Centro de Belo Horizonte por extorsão ao INSS. Quer dizer, era o braço do Waldomiro em Minas Gerais, não temos dúvida disso. Era auxiliar direta dele com a complacência, benevolência e participação direta do partido que hoje sustenta a Presidência da República.

Estranhamente, o processo foi parar nas mãos do Juiz da Vara Cível de Ribeirão das Neves, em vez de ir para o Juiz da Vara Criminal. O Juiz da Vara Cível não era nada mais nada menos que o irmão do traficante - e também traficante, bandido, formador de quadrilha junto com esse Deputado - Juiz Wenderson de Sousa Lima. Gostaria de saber qual implicação tem nosso chefe da Polícia Civil com esse cidadão, Deputado defensor dos bandidos. Isso é muito complexo.

Publica-se a conversa que os Deputados estiveram com o Fadel. Tive uma conversa com o Fadel, sim. Fiquei conhecendo-o no dia em que foi denunciado pelo Deputado defensor de bandido. Pela lógica, falei: se ele está atacando o camarada, não deve ser bandido. Somente defende bandido. Fomos buscar algumas informações. Obviamente, eles publicam somente trechos das gravações dos Deputados. Por que não publicam trechos das gravações dos Desembargadores e de todo o pessoal que está envolvido diretamente? Curiosamente, os nomes dos Desembargadores que declinei deste Plenário, que se refere à venda de sentença, facilitação de "sursis", jeitinho, aquela politicazinha corrupta de que o Waldomiro e o PT entendem bastante, ninguém publicou. Por quê? Por que os trechos dados à imprensa pela Secretaria da Segurança do nosso Estado foram exatamente aqueles nos quais os Deputados falavam? Obviamente conversamos com qualquer um, pois o fazemos aqui com Deputado defensor de bandido, freqüentador da "churrascaria Néelson Hungria". Por que não o faremos com o resto? Podemos, sim. Conversei, e tudo o que falei está aí. Entendo que a gravação deveria ser publicada na íntegra, visto que falo coisas gravíssimas sobre o envolvimento desse cidadão defensor de bandido, a questão do Secretário da Segurança e outros envoltimentos. Gostaria que a gravação fosse publicada na íntegra, e não apenas os que eles acham interessante. Trata-se de um livro aberto. Não tenho nada a esconder em minha vida. Não sou ligado a bandido, nunca me sentei com um traficante em restaurante, principalmente na "churrascaria Néelson Hungria". Nunca participei diretamente da defesa de pessoa acusada de assassinato, cuja acareação comprovava que se tratava de participação de assassinato, de roubo, estelionato, de proteção a esse povo, como o nosso Deputado defensor de bandido tem o costume de fazer.

Gostaria de saber até onde vai a proteção do nosso Chefe da Polícia Civil a esse cidadão. É rabo preso, rabo solto? Que diabo tem nesse "trem" que não pode aparecer. Isso já está comprometedor demais para a seriedade desta Casa e da condução das investigações dentro do Estado de Minas Gerais. Então, passarei a V. Exa., o mais rápido possível, esse requerimento, a fim de obter esclarecimentos sobre os fatos, ver até onde vai isso, porque quando é para pegar bandido envolvido com Deputado defensor de bandido não pode; quando se trata de qualquer outra coisa corriqueira, olham tudo: ah! Olha o que o homem falou! Olha o que o outro falou! Então, publiquem tudo. Falei coisas gravíssimas. Por que os jornais não publicam? Será que alguém tem rabo preso com esse povo, e não pode publicar? Ora, Sr. Presidente, temos de fazer as coisas sérias neste Estado. Não podemos fazê-las ao estilo do PT, partido que defendia o funcionário público, o sacrificado, e hoje só defende banqueiro, seja qual for o Banco, banco de bicho. O País nunca teve uma crise moral tão grande. Até quando esse povo quer "tapar o sol com a peneira"?

Alguns jornalistas ligados a esse partido defensor de banqueiro ainda querem fazer esse tipo de achaque, que jornais de segunda linha faziam na época da ditadura. Hoje utilizam a imprensa - parte dela pode ser aproveitada - para fazer esse tipo de baderna. Publiquem o que falei, e vejamos se algum dos que citei fica de pé nos cargos em que se encontram. Obrigado.

O Deputado Chico Simões - Mais uma vez, presenciamos a atitude de um Deputado, que, de maneira desrespeitosa, sem princípios éticos, agride todo o Poder Legislativo.

Lastimavelmente, temos na Comissão de Ética uma série de denúncias contra esse Deputado e percebemos que a maioria dos Deputados que compõem essa Comissão não estão preocupados em levar isso a bom termo.

Queríamos dizer pessoalmente ao Presidente - mas apareceu um fato agora, não quero que ele tome isso como uma atitude desrespeitosa, mas, pelo menos, responderei para quem assistiu à primeira fala, assistir também à segunda -, que O PT está pensando seriamente em sair da Comissão de Ética desta Casa, porque, de responsabilidade, até agora não tem nada.

E quando se presencia, mais uma vez, um ataque indiscriminado a todo o Poder, devíamos ter um pouco de brio e nos aprofundar nessas acusações levianas que esse Deputado faz contra tudo e contra todos, sem nunca, em nenhum momento, apresentar uma prova, por menor que seja. E até porque não sei se quem faz política hoje, em Neves, pode falar em ética. Aquilo para mim é um lamaçal, é uma podridão. Não sei se poderia, pelo menos, falar o nome do PT.

É lastimável que tenhamos de estar aqui ouvindo uma coisa dessas de um Deputado que não preza nem sua própria vida, porque, recentemente, fez colocações aqui, generalizando, como sempre, sobre os políticos do PT. E ele foi muito claro quando fez insinuações sobre o Prefeito de Ipatinga, dizendo que era um metalúrgico que virou Prefeito e hoje está rico. Insinuou que um ex-metalúrgico, que hoje é Prefeito, se está rico, só pode ter sido por corrupção. Nesse momento, comecei a perceber que esse Deputado não respeita nem a si mesmo. Se o Chico Ferramenta começou como metalúrgico e, segundo diz, hoje está rico, e para ele isso é corrupção, esse Deputado esquece que começou como trocador de ônibus e também está rico.

Esse Deputado não preza nem sequer sua própria vida. Não tem respeito por si mesmo. Gostaríamos, mais uma vez, de requerer essas notas taquigráficas. Insistiremos, mais uma vez, em dar um voto de confiança à Comissão de Ética desta Casa, para que possa averiguar os fatos, e a ética retornar a esse Poder tão importante, o Poder Legislativo de Minas Gerais.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 11, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.) Levanta-se a reunião.

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva e Fábio Avelar e a Deputada Jô Moraes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: mensagem eletrônica da Sra. Maria Goreti e ofício da Câmara Municipal de Muriaé, publicados no "Diário do Legislativo" de 19/2/2004. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 157/2003 é retirado da pauta pelo Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.154, 2.156, 2.157, 2.203 e 2.260/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Marília Campos, em que pede sejam solicitados ao BDMG esclarecimentos acerca das razões da dispensa de licitação da adjudicatária Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - AUDE -; e Jô Moraes, em que solicita seja convidada a Sra. Eleonora Menicucci, assessora da Organização das Nações Unidas, para a entrega do relatório sobre a saúde da mulher em situação de risco. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Fábio Avelar - Jô Moraes.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/3/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Marília Campos e os Deputados Alberto Bejani, André Quintão, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Jr., por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Itamarandiba; da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, publicados no "Diário do Legislativo" de 19/2/2004; e do Sr. Rômulo Antônio Viegas, Subsecretário de Trabalho e Assistência Social, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/2/2004. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.264/2003, Deputado André Quintão; 1.287/2003, Deputado Elmiro Nascimento; 1.249/2003, Deputada Marília Campos; 1.255/2003, Deputado Alencar da Silveira Jr., e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.288/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.201, 2.202 e 2.262/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Três Marias; Chico Simões, em que solicita seja pedido ao Governador do Estado que investigue denúncias de acidentes de trabalho com trabalhadores de empresas prestadoras de serviços à CEMIG; Padre João, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as causas dos constantes acidentes de trabalho na Rede Ferroviária do Estado de Minas Gerais; Marília Campos, em que solicita seja encaminhada ao Congresso Nacional manifestação de apoio à proposta de emenda à Constituição do Deputado Paulo Rocha; Carlos Pimenta, em que solicita seja o Presidente da MGS Serviços e Participações convidado a participar de reunião para expor a situação atual da empresa. O Deputado Alberto Bejani transfere a Presidência à Deputada Marília Campos e apresenta requerimento em que solicita sejam as pessoas que menciona convidadas a prestar esclarecimentos sobre o perdão da multa aplicada à empresa GTEch do Brasil. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. O Deputado Alberto Bejani reassume a Presidência e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Alberto Bejani, Presidente - Alencar da Silveira Jr. - Marília Campos - André Quintão.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/3/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Djalma Diniz, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Laudelino Augusto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Argemiro Mendes Júnior, Secretário Executivo da Associação dos Municípios do Alto Paraopeba, publicado no "Diário do legislativo" do dia 19/3/2004. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.238, 2.256, 2.268, 2.271, 2.275 e 2.276/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Chico Simões em que solicita ao Secretário de Transportes e Obras Públicas informações sobre a possibilidade da formação de um consórcio, nos moldes do PPP, para execução da pavimentação da MG-760, que liga os Municípios de Timóteo e São José do Goiabal e sobre o prosseguimento da pavimentação da MG-232, entre os Municípios de Santana do Paraíso e Braúnas, e em que solicita ao Coordenador da 6ª UNIT, do DNIT, informações sobre o plano de recuperação da malha rodoviária federal no Vale do Aço, especialmente da BR-381, no trecho compreendido entre os Bairros Caladinho de Cima e Aparecida do Norte, no Município de Coronel Fabriciano; Célio Moreira em que solicita seja realizada visita à BR-135, no trecho compreendido entre o trevo com a BR-040 e a cidade de Montes Claros e em que solicita sejam realizadas reuniões para discutir a alteração feita pela Telemar de prefixos telefônicos na região do Conjunto Teixeira Dias, no Barreiro, em desconformidade com o que determina a Resolução nº 30/98, da ANATEL, e para discutir com o Secretário de Transportes e Obras Públicas e outros convidados a relação dos municípios que serão beneficiados com pavimentação asfáltica anunciada recentemente, bem como a existência de projetos de engenharia das futuras obras e da abrangência do asfaltamento em cada município, e Laudelino Augusto em que solicita seja realizada reunião para obter informações sobre a execução e o acompanhamento de obras públicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Célio Moreira, Presidente - Paulo Piau - Laudelino Augusto.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial DA COMISSÃO especial PARA emitir parecer sobre os vetos às proposições de lei nºs 15.782, 15.898, 15.914, 15.925 e 15.927, em 2/3/2004

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Roberto Carvalho, Adalclever Lopes, Leonardo Moreira e Luiz Humberto Carneiro (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação do Bloco Parlamentar Social Progressista - BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Roberto Carvalho, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar os relatores das matérias. O Presidente convida o Deputado Adalclever Lopes para atuar como escrutinador. Realizada a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Leonardo Moreira e para Vice-Presidente o Deputado Adalclever Lopes, ambos por unanimidade. O Deputado Roberto Carvalho dá posse como Presidente ao Deputado Leonardo Moreira e passa-lhe a direção dos trabalhos. O Deputado Leonardo Moreira agradece aos colegas, empossa o Deputado Adalclever Lopes como Vice-Presidente e designa os seguintes relatores: Deputado Adalclever Lopes (Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782); Deputado Roberto Carvalho (Veto Total à Proposição de Lei nº 15.898); e Deputado Ermano Batista (Vetos Totais às Proposições de Lei nº 15.914 e 15.927 e Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.925). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser marcada oportunamente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Leonardo Moreira, Presidente - Domingos Sávio - Adalclever Lopes.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre os Vetos às Proposições de lei nºs 15.843, 15.855, 15.902 e 15.922, em 2/3/2004

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria José Haueisen e os Deputados Fábio Avelar e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente, o Vice-Presidente e a designar os relatores das matérias. A Presidente convida o Deputado Leonardo Moreira para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, é eleita para Presidente a Deputada Maria José Haueisen e para Vice-Presidente o Deputado Fábio Avelar, ambos por unanimidade. A Deputada Maria José Haueisen declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Fábio Avelar e passa a ele a Presidência da reunião. O Deputado Fábio Avelar empossa como Presidente a Deputada Maria José Haueisen e retorna a ela a direção dos trabalhos. A seguir, a Presidente designa os seguintes relatores: Deputado Fábio Avelar (Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.843 e 15.902); Deputado Leonardo Moreira (Veto Total à Proposição de Lei nº 15.922) e Deputada Maria José Haueisen (Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser marcada oportunamente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Maria José Haueisen, Presidente - Leonardo Moreira - Bonifácio Mourão - Fábio Avelar.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS Vetos Parciais às Proposições DE LEI NºS 15.928 e 15.932, EM 03/03/2004.

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Chico Simões e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, o Deputado Ermano Batista e a Deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar os relatores. Ato contínuo, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Chico Simões para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente os Deputados Mauro Lobo e Chico Simões. Logo após, o Deputado Mauro Lobo dá posse ao Vice-Presidente, que, por sua vez, dá posse ao Presidente eleito. Em seguida, o Presidente designa o Deputado Luiz Humberto relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Chico Simões - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA da 15ª legislatura, em 3/3/2004

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, José Henrique, Mauro Lobo, Sebastião Helvécio e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alberto Bejani e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Agostinho Patrus, Secretário de Transporte e Obras Públicas; Abelardo Bayma, Secretário de Planejamento Estratégico e Gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (3); José Júlio Coelho Pallone, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da CEF, e Ruy Soares Leal, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da CEF, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 19/2/2004. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 689/2003, no 1º turno (Deputado Sebastião Helvécio); 1.262/2003, no 1º turno (Deputado José Henrique); 1.254/2003, no 1º turno (Deputado Jayro Lessa); 1.021/2003, no 2º turno (Deputado Mauro Lobo); e 1.046/2003, no 1º turno (Deputado Doutor Viana). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado José Henrique). Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 178/2003, o Presidente se retira da reunião, e assume a Presidência o Deputado Jayro Lessa. Logo após, é aprovado requerimento do Deputado Chico Simões em que solicita o adiamento da votação do parecer sobre o referido projeto. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 3, da Comissão de Administração Pública, com a Subemenda 1 à Emenda nº 1 e com as Emendas nºs 4 e 5, apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Chico Simões); 61/2003 (relator: Deputado José Henrique); 815/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Chico Simões); 1.017/2003 sendo rejeitada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado José Henrique) e 1.170/2003 com as Emendas 1 e 2, apresentadas (redistribuído ao Deputado Elmiro Nascimento), e pela rejeição do Projeto de Lei nº 303/2003 (redistribuído ao Deputado Elmiro Nascimento). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado José Henrique, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 378/2003, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Chico Simões. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.164, 2.204, 2.295 e 2.297/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos do Deputado Mauro Lobo em que solicita a realização de audiência pública para se debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 1.005/2003, e dos

Deputados Weliton Prado e Chico Simões em que solicitam a realização de audiência pública, com a Comissão de Educação, para se debater o Projeto de Lei nº 178/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Mauro Lobo - Doutor Viana - Chico Simões - Jayro Lessa - José Henrique - Sebastião Helvécio.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 3/3/2004

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar, Maria Olívia, Biel Rocha, Chico Rafael e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Olívia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Tereza de Fátima, Secretária Executiva do Governador do Estado, e do Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes, Secretário de Estado de Turismo, em que respondem à Comissão sobre a reabertura do Hotel da Previdência de Araxá conforme publicado no "Diário do Legislativo" de 24/1/2004 e 14/2/2004, respectivamente; do Sr. Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI -, em que se refere à implementação de programas e atividades do Estado voltados para a internacionalização gradativa da economia estadual. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.240, 2.280, 2.285 e 2.289/2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Paulo Cesar, Presidente - Maria Olívia - Chico Rafael - Biel Rocha.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial dos Aeroportos, em 3/3/2004

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Célio Moreira, Fábio Avelar e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Viana e Jayro Lessa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir temas ligados ao Aeroporto Industrial Tancredo Neves e comunica o recebimento de ofícios do Sr. Carlos Alberto Parrillo Calixto, Prefeito Municipal de Santa Luzia e Presidente da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AMBEL -, solicitando a pavimentação da estrada que liga Santa Luzia a Vespasiano; e da Sra. Maria Edwirges Madeira, Superintendente em exercício da INFRAERO, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 19/2/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr., solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por 30 dias; e Fábio Avelar, solicitando seja o Sr. Herculano Anguinetti, Secretário de Turismo, convidado a participar de audiência pública desta Comissão no dia 17/3/2004. A seguir, a Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados. Registra-se a presença dos Ten-Cel. Aviador Valdir Rodrigues Alves, representando o Maj.-Brigadeiro-do-Ar Washington Carlos de Campos Machado, Diretor-Geral do DAC; Luiz Gustavo da Siva Schild, Superintendente de Logística de Carga, e Tarcísio Mota Alexandre, Gerente de Logística, representando o Sr. Mário Jorge Fernandes de Oliveira, Superintendente da INFRAERO em Minas Gerais; Gilmar Alanis, Gerente Executivo da Plataforma de Logística do Comércio Exterior, representando o Sr. Wilson Nélio Brumer, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Comandante José Afonso Assumpção, Presidente da Líder Táxi Aéreo, e Maj. Adriano Ferreira de Carvalho, Aviador da Aeronáutica, representando o Cel. José Euclides da Silva Gonçalves, Comandante do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, fazem uso da palavra os Srs. Olavo Nogueira, Rogério Siqueira, representando a Federação de Moradores de Belo Horizonte no COMAM; Stéfano Rodrigues de Pinho Tavares, representando a empresa Atende; Jadir Guilherme, Vereador à Câmara Municipal de Lagoa Santa; Paulo Roberto Delgado; João Bosco Rodrigues, representando o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Agenda 21 - Venda Nova - NEPAL -; Marco Antônio Parreiras, representando o Centro Social do Bairro Universitário, e Cel. Carlos Conrado Pinto Coelho, representando a Associação Comunitária dos Bairros Aeroporto, Jaraguá e Adjacências, após o que segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Alencar da Silveira Jr., Presidente - Fábio Avelar - Célio Moreira.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/3/2004

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira, Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PTB) e Marília Campos (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.359, 1.364, 1.366, 1.369, 1.370, 1.376, 1.379, 1.395, 1.404, 1.405 e 1.411/2004 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.357, 1.368, 1.371, 1.375, 1.381, 1.384, 1.392, 1.398, 1.401, 1.402 e 1.412/2004 (relator: Deputado Leonardo Moreira); 1.358, 1.361, 1.386, 1.374, 1.394, 1.396, 1.403, 1.408 e 1.409/2004 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.382, 1.387, 1.399 e 1.406/2004 (relator: Deputado Bonifácio Mourão); 1.104/2003, 1.355, 1.356, 1.362, 1.363, 1.365, 1.372, 1.377 e 1.378/2004 (relator: Deputado Gustavo Valadares); 1.360, 1.367, 1.373, 1.380, 1.389, 1.390, 1.393 e 1.400/2004 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 1.385, 1.391, 1.397, 1.407 e 1.410/2004 (relator: Deputado Ermano Batista). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.266/2003 é retirado da pauta pelo Presidente, tendo em vista que o autor solicitou sua retirada de tramitação. Na fase de discussão dos pareceres em que o relator, Deputado Gustavo Valadares, conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 46/2003 e do Projeto de Lei nº 635/2003, o Presidente defere pedidos de vista da Deputada Marília Campos. Neste momento, o Deputado Bonifácio Mourão comparece no recinto e assume a Presidência. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.253 e 1.267/2003 deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pela Deputada Marília Campos, relatora em virtude de redistribuição. Na fase de discussão dos pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.061/2003 (relator: Deputado Fábio Avelar, em virtude de redistribuição) e 1.297/2003 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição), que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade das referidas matérias, o Presidente defere pedidos de

vista da Deputada Marília Campos. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.271/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição) e 1.302/2003 (relatora: Deputada Marília Campos). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.268/2003 com a Emenda nº 1, 1.291, 1.301 e 1.308/2003 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.269/2003 com a Emenda nº 1 e 1.296/2003 (relatora: Deputada Marília Campos, em virtude de redistribuição); 1.298/2003 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Fábio Avelar). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.286/2003 (relator: Deputado Leonardo Moreira) e 1.240/2003 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Gilberto Abramo, Presidente - Gustavo Valadares - Leonídio Bouças - Maria Tereza Lara.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/3/2004

Às 14h15min, comparece no Plenário o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Laudelino Augusto, Rêmoló Aloise, Rogério Correia, Maria José Hauelsen e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, procede à leitura da ata, aprova-a e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina à realização de debate público sobre o tema "O Poder Legislativo e a Defesa dos Direitos Humanos". A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o tema deste debate público. Registra-se a presença dos Srs. Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Orlando Fantazzini Neto, Deputado Federal e Presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados; Renato Simões, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; e João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo tece suas considerações iniciais, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Biel Rocha - Mauro Lobo.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/3/2004

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Fábio Avelar e a Deputada Jô Moraes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Viana e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Jô Moraes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a proposta de criação de cargo de Contador Público do Estado e apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício dos Srs. Paulo Roberto Velloso e Regina da Conceição Pereira, Coordenadores da Defensoria Pública de Juiz de Fora, publicado em 4/3/2004. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 318/2003, no 2º turno - Deputado Paulo Piau, e 961/2003, no 2º turno - Deputado Dinis Pinheiro, e substitutivo ao Projeto de Lei nº 87/2003, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Joaquim José da Cunha, Auditor-Geral Adjunto, e Jomara Alves da Silva, Diretora Central de Política e Desenvolvimento de Recursos Humanos, representantes da SEPLAN, e Nourival de Souza Resende Filho, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Ao final, a Presidência verifica a ausência de quórum para apreciar a matéria e convoca reunião extraordinária para hoje, às 14h30min, com a finalidade de apreciar as proposições não apreciadas nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004.

Domingos Sávio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar - Leonardo Quintão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 919/2003

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em análise determina a notificação compulsória de violência contra a mulher atendida nos serviços de urgência e emergência. Anexado à proposição, por guardar semelhança, tramita o Projeto de Lei nº 1.261/2003.

Aprovado em 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, apresentado por esta Comissão, retorna o projeto para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, § 1º, c/c o art. 102, V, "a", do Regimento Interno.

Anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A violência praticada contra a mulher, em razão da dominação e da exploração baseadas na diferença de gênero, não conhece barreiras etárias,

de classe, religiosas ou geográficas. É cometida em função da discriminação entre homens e mulheres, a partir da suposição cultural de que exista a superioridade dos primeiros. Para prevenir e erradicar esse tipo de violência, portanto, é necessário também estabelecer uma discriminação, dessa vez positiva, a favor das mulheres. Esse é, então, o objeto do projeto de lei ora em análise: instituir a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde, públicos ou privados, com vistas a formatar um banco de dados estatísticos que possibilite maior conhecimento da situação e credencie uma atuação mais eficaz na prevenção e no combate a esse tipo de violência.

A Organização dos Estados Americanos - OEA - define a violência contra a mulher como "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado". A Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, reconheceu os direitos humanos das mulheres e das meninas como parte integrante, indivisível e inalienável dos direitos humanos universais e afirmou, ainda, a incompatibilidade da violência de gênero com a dignidade e o valor da pessoa humana. Ainda em 1993, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher, que afirma que a violência contra a mulher viola e degrada os direitos humanos em seus aspectos fundamentais de liberdade. Em 1995, a Plataforma de Ação de Pequim, resultante da Quarta Conferência Mundial da Mulher, conclamou os governos a condenarem a violência contra a mulher e a eliminarem as alegações baseadas em tradições, costumes e religião como justificativa para se manterem afastados de suas obrigações com respeito à Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher.

"A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz." Com essas palavras, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, abriu a Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas Mulher 2000: Igualdade entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz no século XXI, realizada de 5 a 9/6/2000.

No dia 5 de março último, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Anistia Internacional, organização de defesa dos direitos humanos, lançou uma campanha mundial de combate à violência contra a mulher. O objetivo é convocar homens e mulheres para romperem com a cultura do silêncio e da impunidade que cerca esses crimes, com vistas a pressionar os governos a tomar providência.

Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica – a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu lar por pessoa com a qual mantém relacionamento. As estatísticas disponíveis e os registros das Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e que o agressor é o próprio parceiro afetivo (marido ou companheiro). Ainda segundo esses dados, mais de 40% das agressões resultam em lesões corporais graves, decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. Trata-se, portanto, de uma situação de barbárie, que demanda urgência na atuação do Estado para erradicá-la.

O projeto de lei em análise em muito poderá contribuir para a promoção dessa necessária ação estatal. De um lado, tipifica a violência contra a mulher, por facilitar sua identificação. De outro, estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida na rede pública e privada de saúde e favorece a produção de dados que podem viabilizar a construção de indicadores necessários à formulação, à implementação e ao acompanhamento de políticas públicas direcionadas à prevenção e à erradicação da violência contra a mulher.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 919/2003, em 2º turno, na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 10 de março de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos, relator - Mauro Lobo - Biel Rocha.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 919/2003

Estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher que tenha sido atendida em serviços de saúde públicos ou privados, no Estado de Minas Gerais, e cria a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criada a Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher atendida em serviços de saúde do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, ocorrida em âmbito público ou privado.

Art. 2º - Os órgãos prestadores dos serviços de saúde, públicos e privados, que prestarem atendimento a mulher vítima de violência notificarão, em formulário oficial, os casos atendidos e diagnosticados de violência contra a mulher, tipificados como violência física, sexual e psicológica e que :

I - tenham ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outro ambiente, desde que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher;

II - tenham ocorrido na comunidade e sejam perpetrados por qualquer pessoa, em função de dominação ou exploração motivada pelo gênero;

III - sejam perpetrados ou tolerados pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorram.

Parágrafo único - Para fins desta lei, considera-se:

I - violência física, a agressão ao corpo da vítima pelo uso da força do próprio agressor, com ou sem o uso de instrumentos, ou por queimaduras, cortes, perfurações e uso de armas brancas e de fogo, entre outras;

II - violência sexual, a situação em que a vítima é obrigada, por coação do agressor, a manter relações sexuais, a praticar atos sexuais ou a ser objeto de comércio de pessoas para fins de exploração sexual;

III - violência psicológica, a situação em que a vítima é atingida por agressões verbais constantes, com coação e atos de constrangimento que impliquem situações vexatórias, humilhantes e desrespeitosas à intimidade e à vida privada.

Art. 3º - No formulário do primeiro atendimento, no "Motivo de Atendimento", o item "Violência" deverá ser preenchido, especificando-se os casos de violência física, sexual ou psicológica e o âmbito de sua ocorrência, se doméstico ou público.

Parágrafo único - Qualquer profissional de saúde que detecte que a mulher atendida sofreu violência deverá comunicar o fato ao profissional responsável pela condução do caso, solicitando o preenchimento da Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher.

Art. 4º - A Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher deverá conter os seguintes dados:

I - identificação pessoal, como nome, idade, etnia, profissão e endereço;

II - motivo de atendimento;

III - diagnóstico;

IV - descrição detalhada dos sintomas e das lesões;

V - relato da situação social, familiar, econômica e cultural, identificando possíveis conflitos interpessoais;

VI - conduta, incluindo tratamento ministrado e encaminhamentos realizados.

Parágrafo único - A Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher deverá ser preenchida em três vias: uma ficará em arquivo de violência contra a mulher na instituição de saúde que prestou o atendimento, outra será encaminhada à Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, e a terceira será entregue à mulher por ocasião da alta.

Art. 5º - A disponibilização dos dados do arquivo de violência contra a mulher de cada serviço de saúde deverá obedecer rigorosamente à confidencialidade dos dados e poderá somente ser feita para:

I - a pessoa que sofreu a violência, devidamente identificada, mediante solicitação pessoal e por escrito;

II - autoridades policiais e judiciárias, mediante solicitação oficial.

Parágrafo único - Os dados da Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher deverão constar de boletim semestral, a ser encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde, excluído o endereço ou outro dado que possibilite a identificação da vítima.

Art. 6º - A Divisão de Epidemiologia da Secretaria de Estado da Saúde divulgará semestralmente as estatísticas relativas ao semestre anterior.

Art. 7º - Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher, para acompanhar a implantação desta lei.

Parágrafo único - A Comissão de Monitoramento reger-se-á por regulamento interno a ser elaborado por seus primeiros integrantes.

Art. 8º - A Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher terá mandato de dois anos e será composta por doze membros, com composição paritária entre representantes governamentais e não governamentais, assim discriminados:

I - um representante da Secretaria de Estado da Saúde;

II - um representante da Sub-Secretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes;

III - um representante do Conselho Estadual de Saúde;

IV - um representante da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher;

V - um representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa;

VI - um representante da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa;

VII - seis representantes do Movimento de Mulheres.

§ 1º - A coordenação da Comissão será eleita por seus integrantes, entre seus membros.

§ 2º - Os membros da Comissão serão indicadas pelos respectivos setores e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 3º - Caberá à Secretaria de Estado da Saúde dar o suporte necessário ao funcionamento da Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher.

Art. 9º - O não-cumprimento desta lei pelos serviços de saúde implica sanções de caráter educativo e pecuniário, conforme o que se segue:

I - no primeiro descumprimento desta lei, os serviços de saúde públicos e privados receberão advertência confidencial e deverão comprovar, no prazo de até trinta dias após a advertência, a habilitação de seus recursos humanos em violência de gênero e saúde;

II - no caso de reincidência ou não-cumprimento do prazo, os órgãos prestadores dos serviços de saúde serão penalizados com multa diária no valor de 3.202,56 (três mil duzentas e duas e cinquenta e seis) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais - UFEMGs.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 802/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 802/2003, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que dá a denominação de Ponte da Integração Presidente Tancredo de Almeida Neves à ponte sobre a represa da Usina Hidrelétrica do Funil, no Município de Ijaci, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 802/2003

Dá denominação à ponte situada sobre a represa da Usina Hidrelétrica do Funil, na divisa dos Municípios de Ijaci e Bom Sucesso.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Ponte da Integração Presidente Tancredo de Almeida Neves a ponte situada na rodovia MG-335, sobre a represa da Usina Hidrelétrica do Funil, na divisa dos Municípios de Ijaci e Bom Sucesso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de março de 2004.

Maria Olívia, Presidente - Laudelino Augusto, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.000/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.000/2003, de autoria do Deputado Zé Maia, que dá denominação à rodovia que liga o Distrito de Aparecida de Minas, no Município de Frutal, à BR-153, foi aprovado em turno único, com as Emendas nºs 1 e 2.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.000/2003

Dá denominação à rodovia que liga o Distrito de Aparecida de Minas, no Município de Frutal, ao entroncamento da BR-153.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Jerônimo Heitor de Assunção a rodovia AMG900, que liga o Distrito de Aparecida de Minas, no Município de Frutal, ao entroncamento da BR-153.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.614, de 27 de setembro de 1994.

Sala das Comissões, 3 de março de 2004.

Maria Olívia, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Laudelino Augusto.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a comunidade do Município de Cruzília pelo transcurso do 55º aniversário de emancipação política desse município (Requerimento nº 2.151/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Diocese de Belo Horizonte pelo transcurso do 83º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.152/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Carlos Augusto de Barros Levenhagen por sua posse no cargo de Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS (Requerimento nº 2.154/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Marco Maciel por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras (Requerimento nº 2.155/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Herculano Anghinetti por sua posse no cargo de Secretário do Turismo (Requerimento nº 2.156/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, pelo brilhante trabalho desenvolvido no seu primeiro ano de governo (Requerimento nº 2.157/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com os Srs. José Roberto de Paiva Gomes e José Carlos Ferreira Gomes, respectivamente Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Três Corações; a Sra. Tereza Cristina Cota, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal, nesse município; e os Srs. Adair Ribeiro, Reitor da UNINCOR, e Nilton César de Oliveira pelos esforços empreendidos contra a construção, nesse município, de uma penitenciária nos moldes tradicionais (Requerimento nº 2.165/2004, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Município de Governador Valadares pelos 66 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.181/2004, do Deputado Márcio Passos);

de congratulações com o Município de Manhuaçu pelos 60 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.184/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Vargem Alegre pelos nove anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.185/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Vermelho Novo pelos nove anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.186/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Ubaporanga pelos 12 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.187/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Timóteo pelos 42 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.188/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de São João do Oriente pelos 42 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.189/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Raul Soares pelos 81 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.190/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Simonésia pelos 61 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.191/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de São José do Goiabal pelos 51 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.192/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de São Domingos do Prata pelos 14 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.193/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Periquito pelos nove anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.194/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Pingo d'Água pelos nove anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.195/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Perdigoão pelos 42 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.196/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Paineiras pelos 42 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.197/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Naque pelos nove anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.198/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Moema pelos 51 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.200/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FPA - MG - pelo transcurso do Dia Nacional do Aposentado (Requerimento nº 2.201/2004, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com a Cooperativa de Reciclagem de Produção Artesanal dos Aposentados de Sabará e Cidades de Minas Gerais pelo transcurso do Dia Nacional do Aposentado (Requerimento nº 2.202/2004, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com o Sr. Patrus Ananias por sua posse como Ministro de Estado de Desenvolvimento Social (Requerimento nº 2.203/2004, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com o Município de Marliéria pelos 51 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.207/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Joanésia pelos 51 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.208/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Braúnas pelos 51 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.209/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Iapu pelos 56 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.210/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Bom Jesus do Galho pelos 61 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.211/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Córrego Novo pelos 42 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.212/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Dionísio pelos 56 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.213/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Inhapim pelos 66 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.214/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Belo Oriente pelos 93 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.215/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Açucena pelos 61 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.216/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Ipatinga pelos 40 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.217/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Ipaba pelos 12 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.218/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Eugenópolis pelos 13 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.219/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Antônio Dias pelos 93 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.220/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Bom Despacho pelos 93 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.221/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Caratinga pelos 14 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.222/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Entre-Folhas pelos 12 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.223/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Luz pelos 81 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.224/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Jaguarauçu pelos 51 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.225/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Mesquita pelos 81 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.226/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Aimorés pelos 88 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.227/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Ferros pelos 20 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.228/2004, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Município de Santo Hipólito pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.229/2004, do Deputado Doutor

Viana);

de congratulações com o Município de Datas pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.230/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Ingaí pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.231/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Inimutaba pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.232/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Augusto de Lima pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.233/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Três Marias pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.234/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Joaquim Felício pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.235/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Morro da Garça pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.236/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Monjolos pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.237/2004, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso com o jornal "Estado de Minas" pelo transcurso do 76º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.238/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Nova Lima pelos 113 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.239/2004, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à FEDERAMINAS pelo transcurso do cinquentenário de sua fundação (Requerimento nº 2.240/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Presidente Juscelino pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.241/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Inconfidentes pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.242/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Conceição das Pedras pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.243/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Turvolândia pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.244/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de São Sebastião da Bela Vista pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.245/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Senador José Bento pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.246/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Venceslau Brás pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.247/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de São Tomé das Letras pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.248/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Andradas pelos 114 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.249/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Monte Sião pelos 155 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.250/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Ouro Fino pelos 255 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.251/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Caldas pelos 191 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.252/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de São João da Mata pelos 41 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.253/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Maj. BM Pedro Alvarenga por sua posse como Comandante da 4ª Companhia Independente de Bombeiros Militar, em Varginha (Requerimento nº 2.255/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o jornal "Hoje em Dia" pela conquista do Prêmio Brazilianonline Award-2003 (Requerimento nº 2.256/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Comando do 24º Batalhão da Polícia Militar, em Varginha, pelos relevantes serviços prestados à região sul-mineira (Requerimento nº 2.257/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Ten.-Cel. PM Fernando Cantarino por sua posse como Comandante do 24º Batalhão da Polícia Militar, em Varginha (Requerimento nº 2.258/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Alexandre Coutinho Pagliarini pelo lançamento do livro "Constituição e Direito Internacional: Cedências Possíveis no Brasil e no Mundo Globalizado" (Requerimento nº 2.259/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a nova diretoria da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - AFFEMG (Requerimento nº 2.260/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a 32ª Superintendência Regional de Ensino em Pouso Alegre pelo transcurso do 15º ano de sua instalação (Requerimento nº 2.261/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com as novas diretorias do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais e da Sociedade dos Economistas de Minas Gerais (Requerimento nº 2.262/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Primeira Igreja Batista de Três Corações pelo transcurso do Jubileu de prata de sua organização (Requerimento nº 2.263/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a 32ª Superintendência Regional de Ensino em Pouso Alegre pelo excelente trabalho de capacitação realizado com os professores de Educação Física ((Requerimento nº 2.264/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a nova diretoria do Conselho Estadual da Mulher (Requerimento nº 2.265/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com Dom Serafim Fernandes de Araújo por seu profícuo trabalho pastoral nos 17 anos como Arcebispo de Belo Horizonte (Requerimento nº 2.266/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com Dom Walmor Oliveira de Azeredo por sua indicação ao posto de Arcebispo de Belo Horizonte (Requerimento nº 2.267/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Coronel Fabriciano pelos 55 anos de sua emancipação (Requerimento nº 2.269/2004, do Deputado Chico Simões);

de aplauso ao Padre José Cândido Barbosa pela passagem dos 50 anos de sua ordenação sacerdotal (Requerimento nº 2.270/2004, do Deputado Chico Simões);

de aplauso à Rádio CBN-BH pelo transcurso do 10º aniversário de sua fundação em Belo Horizonte (Requerimento nº 2.271/2004, do Deputado Chico Simões);

de congratulações com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais pela passagem do Dia do Jornalista (Requerimento nº 2.275/2004, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais pela passagem do Dia do Jornalista (Requerimento nº 2.276/2004, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com o Sr. Lincoln Byrro Neto por sua posse como Presidente da Associação Comercial de Governador Valadares (Requerimento nº 2.280/2004, do Deputado Márcio Passos);

de congratulações com o Maj. Elcimar Almeida de Paula por sua posse como Subcomandante do 6º Batalhão de Polícia Militar de Governador Valadares (Requerimento nº 2.281/2004, do Deputado Márcio Passos);

de congratulações com a Sra. Diva Dorothy Safe de Andrade Carneiro pela autoria do livro "Estrada Real - Viagem de Muitos Caminhos" (Requerimento nº 2.284/2004, do Deputado Alberto Pinto Coelho);

de congratulações com o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce por sua indicação para a Medalha Barão de Eschwege (Requerimento nº 2.285/2004, do Deputado José Milton);

de congratulações com a Universidade de Itaúna pelo 38º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.286/2004, do Deputado Domingos Sávio);

de congratulações com a FIEMG pelo transcurso do seu aniversário (Requerimento nº 2.289/2004, do Deputado Doutor Ronaldo);

de congratulações com o mineiro Jonatan Gonçalves de Azevedo pela conquista do primeiro lugar no Campeonato Brasileiro de Motocross Freestyle, realizado no Município de São Paulo (Requerimento nº 2.335/2004, da Comissão de Educação).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/3/2004

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, alimentávamos a esperança de que,

ao retomarmos os trabalhos da Assembléia Legislativa neste ano, pudéssemos mudar os encaminhamentos, os discursos e partir para uma agenda extremamente positiva nesta Casa. Mas fatos ocorridos no recesso parlamentar nos remetem ainda à mesma discussão que travamos aqui durante todo o ano passado.

O primeiro fato que chamou nossa atenção foi que, em meados do ano passado, a estratégia eleitoral do PT era eleger Prefeitos nos 300 maiores colégios eleitorais do País, nos grandes municípios.

Até aí, é extremamente natural a estratégia do partido. Mas ao depararmos, no início do ano, com o noticiário de que o programa Fome Zero seria direcionado apenas para os grandes municípios do País, também os de Minas Gerais, evidentemente ficou clara a intenção do PT de utilizar os recursos do Fome Zero na esteira de seu projeto político-eleitoral.

Trata-se de um fator extremamente grave. Embora se reconheçam os problemas dos grandes municípios - que merecem, sim, a atenção desse programa -, não é menos importante observar que os pequenos municípios do nosso País, e de Minas Gerais, devem também estar na rota dos investimentos do Governo Federal.

É grave a posição do Governo no momento em que direciona exclusivamente para os grandes centros o programa Fome Zero. Não é possível que o Ministro mineiro Patrus Ananias deixe os pequenos municípios fora dos investimentos do programa. Temos o Jequitinhonha, o Mucuri, onde, aliás, é votado, mas também o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, no Sul de Minas, que, embora sejam regiões pouco mais favorecidas, e nós as conhecemos bem, podemos afirmar que possuem também bolsões de miséria. Esperamos que o Ministro Patrus Ananias olhe também os pequenos municípios de Minas Gerais e do Brasil.

No início desta semana, vimos no Congresso Nacional, especialmente no Governo Federal, um fato que chama a atenção e coloca o País em vigília. Vimos que vários Senadores, inclusive do PT, assinaram pedido de instalação de CPI para investigar os bingos no País. No entanto, agora vimos que os Senadores do PT pretendem retirar essas assinaturas.

Isso corresponde ao PT rasgar a sua história. Não é possível usar como justificativa o fato de ter sido editada uma medida provisória acabando com os bingos. Na verdade, a edição dessa medida provisória nos remete, com mais rigor, à necessidade de investigação ampla e profunda dessa atividade. Se não fosse preciso investigar essa área, por certo o Governo Federal não teria editado medida provisória.

Abafar uma CPI é muito grave. Mas, no caso, uma CPI já criada, com as assinaturas necessárias para sua instalação, e o PT recuar e trabalhar com a força da máquina federal para abafar essa CPI, isso jamais seria imaginado pelos brasileiros. Além de rasgar a sua história, o PT age com enorme descaramento, na medida em que busca abafar essa investigação.

Sr. Presidente, estamos diante do maior escândalo da história da República. Primeiro, o Sr. Waldomiro era o principal assessor do principal Ministro do Governo Federal. É importante dizer que o Sr. Waldomiro, ao contrário do Sr. PC, que protagonizou outro grande escândalo da República, estava encastelado num gabinete no Palácio do Planalto. É uma situação extremamente grave.

Disseram que os fatos ocorridos foram anteriores ao atual Governo. Se essa lógica prevalecesse, poderíamos dizer que o Fernandinho Beira-Mar não cometeu também nenhum crime durante o atual Governo e, portanto, poderia ser assessor dos Ministros do Governo Federal.

Aqui, na Assembléia Legislativa, para contratar-se um funcionário, há necessidade da ficha criminal dele.

Não é possível que o Governo Federal, que tem a Agência Brasileira de Informações - ABIN -, não pudesse investigar o Sr. Waldomiro antes de colocá-lo no Palácio do Planalto. Aliás, diz-se que o Ministro José Dirceu o contratou exatamente por conhecê-lo muito bem. Isso não ocorreu com o José Vicente Brizola, filho do ex-Governador Leonel Brizola, que não operou com tanta eficiência na campanha do PT e está desempregado. O Sr. Waldomiro, pela competência, pela forma ágil e dinâmica com que arrecadou recursos, foi encastelado no Palácio do Planalto.

Destaco que o Ministro José Dirceu já morou com o Sr. Waldomiro e conhecia suas ações. No "Jornal Nacional", da Rede Globo, vimos o próprio Sr. Waldomiro dizer que, pessoalmente, pegou dinheiro de atividades ilícitas, clandestinas e ilegais para a campanha do Sr. Geraldo Magela, então candidato do PT ao Governo do Distrito Federal. Se a campanha tivesse sido vitoriosa, teríamos um Governador refém de atividades ilícitas, ilegais e criminosas, portanto um Governo refém do crime.

A investigação tem que ser profunda, pois quem pode dissociar as campanhas do Presidente Lula e do Sr. Geraldo Magela? É evidente que são casadas e que os recursos foram utilizados igualmente em ambas. Indiretamente, há dinheiro ilegal na campanha do Presidente da República. A investigação precisa se aprofundar. Se for provado que houve recursos provenientes de atividades clandestinas, ilegais e ilícitas na campanha do Presidente, teremos um Governo Federal refém do crime, o que deixa a Nação brasileira sob risco. As investigações devem caminhar, não obstante o PT queira abafá-las, usando a máquina, o rolo compressor do Governo. Não podemos permitir que o Governo, representante do povo brasileiro, fique refém do crime. Apenas uma ampla investigação salvará o PT, lavará a alma do partido a fim de que tenha legitimidade para governar o País. Caso contrário, a suspeita que recai hoje sobre o Presidente Lula, levantada pelas palavras do principal assessor do seu principal Ministro no "Jornal Nacional", da Rede Globo, na semana que antecedeu o carnaval, permanecerá. Reafirmo que ele próprio admitiu ter, pessoalmente, levado os recursos para a campanha do Sr. Geraldo Magela.

As acusações são graves. Argumentar que o Ministro José Dirceu desconhecia as atividades de seu assessor, Waldomiro Diniz, é desejar que resgatemos a "velhinha de Taubaté", para que acreditemos numa história escabrosa como essa: um homem que tem mais de dez anos de relacionamento, trabalhou no Governo Cristovam Buarque, assessorou o PT no Congresso Nacional, morou com o Ministro José Dirceu e com o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo.... Não é possível que o Ministro José Dirceu desconhecesse a forma com que o Sr. Waldomiro trabalhava.

Ressalto, ainda, o "modus operandi" do PT em muitos casos, entre eles o do Prefeito de Santo André, um dos maiores escândalos políticos do País, por causa do qual pessoas estão sendo mortas simplesmente por conhecerem os fatos ocorridos.

Os gafanhotos em Roraima, a questão do lixo em São Paulo, as loterias no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro vão mostrando ao povo brasileiro a forma de o PT operar a máquina pública, não a favor do público, mas a favor do partido, contrariamente aos interesses da Nação.

No início da semana passada, fomos surpreendidos com a notícia de que o PT queria fazer desagravo ao Ministro José Dirceu, queria homenageá-lo por ter encastelado no Palácio do Planalto um homem que, comprovadamente, havia corrompido e chantageado para alimentar as campanhas do PT. É absolutamente inaceitável que o partido que hoje governa o nosso País pudesse participar de ato de desagravo. Se o Ministro José Dirceu conhecia o Sr. Waldomiro, não devia tê-lo colocado no Palácio do Planalto. Se não conhecia, menos ainda.

Não é possível que a Agência Brasileira de Inteligência pudesse aceitar alguém no Palácio do Planalto, no 4º andar, acima do Presidente da República, que não fosse da estrita confiança do Governo Federal ou do Ministro José Dirceu. É preciso pedir ao PT que respeite a inteligência do povo brasileiro. Não é possível que o PT queira impor essas desculpas esfarrapadas, alegando que o Ministro José Dirceu não conhecia o Sr. Waldomiro Diniz e que os fatos foram anteriores ao Governo do Presidente Lula; por isso, há necessidade de se fazer forte e vigorosa investigação sobre esse caso, para que o povo brasileiro possa tirar as dúvidas que sobrecarregam as nossas mentes.

O PT, que já disse ser dono da moral e da ética neste País, quer agora o monopólio da inteligência, achando que o povo brasileiro não está percebendo essa jogada de querer abafar CPIs, utilizando a força da máquina do Governo Federal e deixando o povo nessa enorme expectativa e, pior ainda, nessa dúvida. Será mortal para o PT a dúvida que hoje está na cabeça de cada brasileiro, de cada trabalhador que apostou no Presidente Lula. Se não houver apuração rigorosa, profunda, por certo o povo brasileiro jamais perdoará o PT.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Nobre Deputado Zé Maia, gostaria de relembrar aqui que, ontem, o Senador Almeida Lima tentou criar outro fato para que, no Congresso Nacional, o Governo fosse desmoralizado. Relatou nada mais que os fatos que a imprensa já havia divulgado. No Congresso, esse assunto praticamente foi encerrado, mas está continuando em Minas Gerais, por meio de V. Exa. e dos Deputados do PSDB, que são da Oposição. Esse é o papel da Oposição em uma democracia: apresentar fatos, fazer denúncias. No entanto, quem primeiramente solicitou e exigiu apuração rigorosa foi o Presidente Lula. V. Exa. pode ter certeza de que o povo brasileiro confia e continuará confiando no Governo Lula, pois conhece a sua história, sua trajetória e o compromisso que tem com os trabalhadores. Quero de público dizer, de cabeça erguida, que o nosso companheiro José Dirceu, Ministro do Governo Lula, não tem nada a temer. Como todos nós, também quer que essas apurações sejam feitas. Que isso fique registrado nesta Casa, e que aqueles que nos assistem por meio da TV Assembléia possam continuar seus trabalhos com tranqüilidade neste ano, não apenas os petistas, mas todo o povo mineiro, porque, de fato, esse Governo tem compromisso com o povo, com a Nação brasileira. Orgulhamo-nos desse Governo. Muito obrigada.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Fico boquiaberto também, telespectadores da TV Assembléia e companheiros que nos acompanham das galerias. V. Exa. faz, e, hoje, escuto Deputado do PT colocar dessa maneira. Não aconteceu mais nada. Acho que o PT é o partido mais competente que existe.

O Deputado Zé Maia - Gostaria que o telespectador, o meu eleitor, o povo brasileiro imaginasse como estaria o PT hoje se acontecesse isso no Governo Fernando Henrique Cardoso. Será que não aconteceu nada de errado? Gostaria de saber como fica o PT. O excesso de pinga que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva está bebendo.

O Deputado Irani Barbosa* - Em primeiro lugar, gostaria de elogiar a FIEMG pelo maravilhoso carnaval que ela proporcionou aos mineiros.

Agradeço à FIEMG pelo fato de vários Deputados desta Casa terem sido convidados para participar do brilhante camarote. Creio que a grande maioria tenha sido convidada, mas poucos Deputados e seus familiares estiveram presentes. Tivemos a oportunidade de ir ao Hotel Sheraton, onde se reuniram os convidados, porém estava em outro hotel, no centro do Rio de Janeiro.

Não poderia deixar de agradecer o convite ao Deputado Alberto Pinto Coelho e ao Dr. Robson, Presidente da FIEMG. É uma grande mídia para o evento da Estrada Real, que pode contemplar Minas com uma grande parcela de turismo, mas, para isso, é preciso tapar os buracos das estradas ou pelo menos inaugurar vôos diferentes, pois o turista não consegue chegar nem sair.

O que me traz à tribuna é assunto relativo à COPASA. Não exageraria como o Deputado Jayro Lessa, bem consubstanciado e fundamentado em suas críticas ao Presidente da COPASA acerca do desvio de alguns reais. Digo isso até porque é um grande colaborador para Minas Gerais, uma vez que o salário que recebe não dá nem para pagar o hotel onde fica hospedado em nosso Estado. Portanto, trata-se de grande colaborador, homem espírito público. Já mostrou isso na FUNASA e agora o está mostrando na COPASA. Alguém que ganha menos do que gasta só pode estar dedicado à causa pública. Temos de acreditar nessas pessoas de bem.

Há cerca de oito anos, foi assinado um convênio entre a COPASA e o Município de Betim, que me parece ter sido de R\$54.000.000,00. Com Ipatinga, foi aproximadamente o mesmo montante. Mais uma vez Betim foi contemplada pela COPASA nos últimos dias, e a cidade de Contagem foi a grande beneficiária com os acordos de investimentos em avenidas sanitárias. Apesar da boa-vontade do Governador Aécio Neves, do Dr. Danilo de Castro e da Dra. Andréia, que preside o SERVAS, parece que a COPASA tem o seu "Dirceu", que manda sozinho, não ouvindo a ordem de ninguém. Não discutirei, pois o homem busca o dinheiro, aplica-o como bem entende e está conseguindo grandes investimentos para Minas Gerais.

Mas, veja bem, Sr. Presidente, Ribeirão das Neves tem quase 30 anos de convênio com a COPASA, e apenas 40% de suas vias são atendidas por esgoto e 80%, com água potável. Entretanto, em contrapartida, 100% de seus córregos estão poluídos por essa empresa.

Tínhamos lá um promotor do meio ambiente que se preocupava em achar os donos de loteamento, mas que nunca se preocupou com a poluição dos córregos da cidade. Nunca vimos um órgão ambiental preocupado com isso. O município era o maior produtor de hortigranjeiros da região metropolitana, mas hoje não deve produzir nem um pé de alface, pois toda sua água está contaminada.

A única coisa que levam para Ribeirão das Neves é presídio. Agora me parece que querem levar para lá mais oito. Não levam indústrias, do que precisamos para gerar empregos. Os cidadãos pagam preços escorchantes para chegar a Belo Horizonte de ônibus. Continua o patrocínio, dentro do DER, da malfadada máfia do transporte em Minas Gerais, pois nunca existiu concorrência para o transporte intermunicipal nem para o interestadual neste Estado.

Não podemos entender como um Governo que quer ajudar o município de menor receita "per capita" de Minas Gerais pode continuar com seus subordinados determinados a não obedecer às ordens do chefe. Governador Aécio Neves, o senhor tem de colocar ordem na casa! Se o senhor manda no Governo de Minas, em um órgão tenho certeza de que não manda: a COPASA, que não está à deriva por causa do Dr. Marcos, pessoa conceituada, homem doador de dinheiro para a causa pública, pois o dinheiro que ganha no órgão não dá para se manter em Minas.

Não entendo por que o Município de Ribeirão das Neves tem de participar com parcela das obras que serão executadas pela COPASA, uma vez que Betim, Contagem e Ipatinga - grande beneficiária, apesar de ser uma das grandes receitas do Estado - não tiveram de fazer o mesmo. Por que Ribeirão das Neves?

Lá, só aparece vagabundo para defender bandido, Juiz ladrão, quadrilha organizada com carteira de autoridade. Por que isso acontece? Por que não conseguimos levar indústrias para Ribeirão das Neves? Porque não há estradas, ruas, água, esgoto e distrito industrial.

A Secretaria de Interior de Justiça tem lá 2.000ha para criar vagas para alguns apaniguados e bandidos. Aquelas penitenciárias são o único lugar onde florescem bandidos. Muitas vezes, o indivíduo não é bandido. Vai para lá por crime passional e vira bandido porque não consegue sair. Colocam-no em liberdade vigiada, mas não pode sair para trabalhar porque não consegue pagar a condução. Não encontra emprego na cidade. Entretanto, cada vez mais, mandam bandidos para Ribeirão das Neves.

Faço um apelo desta tribuna ao Governador Aécio Neves. Se ele tem o controle de todo o Estado, deve enviar seus dedinhos dentro da COPASA e assumir o controle da empresa, pois ela não pode ficar nas mãos de um cidadão de quem não conseguimos entender para o que está e por que está em Minas Gerais.

Ribeirão das Neves é a cidade de menor receita "per capita" do Estado. Já não sou candidato. Já declarei isso da tribuna. Já não quero isso, pois a política hoje está ficando própria para os "waldomiros" e "dirceus" da vida, pessoas com caras de honradas, mas com suas bases podres, como aquele edifício Palace, que Sérgio Naya construiu no Rio de Janeiro. A política está ficando desse jeito.

O povo está ficando sem esperança, e eu cada vez mais indignado com a situação.

Há corrupção na justiça. Não entendemos por que o Tribunal de Justiça mantém um Juiz bandido em Ribeirão das Neves. Mas retiraram os Promotores de lá. O Ministério Público acionou o "desconfiômetro" e retirou os dois bandidos, mas o bandido Juiz permaneceu na cidade. Nunca vi um Promotor averiguar se a COPASA polui os córregos, causando um prejuízo gigantesco para aquela cidade. Nunca vi nenhuma organização ambiental - nem o IBAMA, nem a FEAM - verificar as condições em que a cidade se encontra com relação à poluição. Há apenas 40% de esgoto, mas a poluição está em 100% dos córregos da cidade.

Sr. Presidente, isso é de deixar qualquer cidadão, por mais pacato que seja, indignado. Faço um apelo novamente ao Governador Aécio Neves. Caso seja para trazer lobistas, vamos colocá-los por todos os lados, como no Governo Lula, mas não na COPASA, que é um órgão essencial para o desenvolvimento de Minas Gerais. Não vamos fazer isso com o saneamento, que evita doenças, as quais proliferam a cada dia, principalmente nas cidades não assistidas.

Sr. Presidente, esse é o apelo que faço nesta Assembléia. Muito obrigado.

* -Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos honram com sua presença, imprensa e todos os que nos acompanham pela TV Assembléia, tratarei de um outro tema desta tribuna; mas, atento ao pronunciamento do Deputado Irani Barbosa, digo que, sem dúvida, Ribeirão das Neves merece de todos nós a melhor das atenções. Com certeza, contará com a atenção do nosso Governador, que sempre foi muito querido e respeitado em toda aquela grande região.

A COPASA, empresa que orgulha todos os mineiros, tem um Presidente que tive a satisfação de conhecer tão logo aqui chegou e com o qual já mantinha contato, quando Presidente da FUNASA, ocasião em que eu respondia como Prefeito de Divinópolis. Nessa época, pudemos viabilizar alguns convênios para a área de saneamento dessa cidade, com o apoio do então Deputado Aécio Neves. Minas Gerais ganhou e ganha muito com a presença desse brilhante homem público e administrador. Tenho testemunhado o empenho e a seriedade com que tem se dedicado aos trabalhos da COPASA; no entanto, é perfeitamente possível que algo tenha de ser revisto com relação a Ribeirão das Neves.

Já estive na COPASA por mais de uma vez, buscando melhor condição de atendimento para este ou aquele município. Recentemente fomos buscar apoio para o saneamento básico e o tratamento da totalidade do esgoto em Bom Despacho. Há poucos dias, estive com o Prefeito Vilmar Filho, pedindo melhorias para Santo Antônio do Monte, sem falar em nossa querida Divinópolis, onde muito ainda tem de ser realizado na área do saneamento, tanto de água tratada, quanto de esgoto.

É sempre bom podermos manter um diálogo com a COPASA. Ressalto que, nesta administração pública, tenho observado dois fatores fundamentais: a seriedade na condução do que é público, aliada, naturalmente, à competência para fazê-lo, e a capacidade de dialogar, porque se pressupõe que, para tratar do que é público, deva haver o entendimento de todos; contudo, não pode ser algo acéfalo, em que todos palpitam, mas todos devem ser ouvidos. Tenho encontrado esse diálogo e, ao mesmo tempo, uma direção firme e competente. Isso é fundamental, sob pena de vermos a COPASA enveredar por outro caminho, sem querer criticar o Governo anterior. A COPASA possui uma história brilhante em Minas Gerais, pois levou o saneamento a várias cidades, sendo considerada uma empresa lucrativa e superavitária do Estado; porém, já no último ano do Governo anterior, proporcionou um enorme prejuízo e caminhava para a absoluta falência. A consequência disso seria o prejuízo da qualidade de vida de todos os mineiros.

Portanto, requeria pulso firme, direção clara e principalmente austeridade na condução de sua gestão financeira e administrativa.

Também venho a esta tribuna para tratar de um assunto que tem afligido as pessoas das áreas de autopeças e de farmácia em Minas Gerais. Fui procurado por lideranças do interior, representantes da FIEMG, da Federação do Comércio e do sindicato de autopeças. No primeiro momento, percebi que, além de aflição, havia desinformação. Alguns não entendiam o que o Governo estava propondo com o Decreto nº 43.724, publicado no final do ano passado, que estabelece a cobrança de ICMS por substituição, ou seja, o imposto na aquisição da mercadoria. Assim, o lojista não paga imposto no momento da venda. Alguns entenderam errado, porque achavam que o pagariam na hora da compra e da venda. Outros entenderam que aquilo era uma arbitrariedade e não possuía fundamentação legal, mas a maioria compreendeu que a proposta poderia alavancar os segmentos farmacêutico e de autopeças no Estado, tirando-os da concorrência predatória que hoje sofrem, efetivada por São Paulo e Goiás. Por que tirar a concorrência predatória? Porque as empresas mineiras, ao pagarem o imposto na hora da venda, estavam sujeitas a determinado volume de custo. Distribuidoras desses outros Estados começaram a trazer o produto direto para oficinas, empresas de transporte e de ônibus, grandes garagens, enfim, roubavam o mercado das autopeças. Da mesma forma, as distribuidoras mineiras de produtos farmacêuticos perdiam capacidade competitiva frente às empresas que se instalavam em Goiás com grandes incentivos fiscais. Portanto, ao estudarmos a matéria, tivemos a grata satisfação de verificar que todos os que analisaram a proposta do Secretário Fuad, feita em nome do Governador Aécio Neves, concluíram que ela não era boa apenas para Minas Gerais, na condição de Estado arrecadador. Era e é boa para as empresas mineiras, que podem ser mais competitivas e sair dessa concorrência predatória com as empresas paulistas e goianas - que têm incentivos fiscais e entram aqui sem pagar impostos, tirando clientes do nosso mercado. Ainda assim, havia problemas a serem superados. Após a exposição das dificuldades pelos interessados, marquei uma audiência com o Secretário Fuad, que nos recebeu na sexta-feira que antecedeu o carnaval. Conseguimos o encontro em tempo recorde, porque lhe dissemos que o problema era sério e atingia vários empresários mineiros, que teriam de pagar o ICMS sobre os seus estoques já em abril próximo. Portanto, o prazo estava terminando, e os interessados não sabiam como isso iria funcionar. O Secretário nos recebeu, juntamente com 12 representantes de sindicatos e federações, além de empresários. Levamos três reivindicações pontuais. A primeira propunha que o Estado estabelecesse com clareza a isonomia, ou seja, a distribuidora de autopeça autorizada não poderia levar vantagem em termos competitivos com a distribuidora não credenciada de uma montadora. Hoje, são maioria, ou seja, são as autopeças existentes em todas as cidades que vendem produtos para todas as marcas de carro, mas que não são peças necessariamente ligadas às montadoras. Algumas vendem produtos autorizados e similares. Então, havia dúvida se as concessionárias ligadas às montadoras receberiam privilégios. A lei dava essa impressão, o que significava tirar do mercado milhares de pequenos empresários.

O Secretário foi positivo, dando-nos 100% de certeza de que não admitirá, em hipótese alguma, qualquer discriminação. Disse que a taxaçoão será feita dentro do princípio da isonomia.

Segunda preocupação: o prazo estava curto. Passar a pagar na compra significa ter que pagar imposto também sobre o estoque existente, e o prazo para essa mudança era muito curto. Isso trazia muita preocupação, porque a maioria dessas empresas são pequenas ou microempresas.

Fizemos o Secretário compreender essa situação. Ele aceitou nosso pedido e prorrogou o prazo para o pagamento do início de abril para o final de julho. Houve um ganho de prazo para o pagamento à vista. Mas ainda assim esse prazo continuava pequeno, porque alguns, que porventura tivessem um estoque maior, teriam que desembolsar um valor significativo, sem vender toda a mercadoria de uma vez. Conseguimos sensibilizar o Secretário para que também parcelasse o pagamento do imposto sobre o estoque em até 18 meses.

Além disso, conseguimos uma terceira reivindicação importante. Com relação aos estoques de produtos farmacológicos, os empresários negociam com os laboratórios que, em caso de vencimento de prazo de medicamentos ou em caso de saída de linha, trocam o produto com o laboratório, variando um pouco de fornecedor para fornecedor. Mas, no caso das autopeças, existe o problema daquela mercadoria que vira sucata. As casas de autopeças não têm como devolver aquele produto que saiu literalmente de linha, que está em desuso, que está com defeito, acabam ficando com um estoque obsoleto e imprestável. Os empresários alegaram que não seria justo pagar imposto sobre esse estoque. E mais uma vez encontramos, na assessoria do Secretário, por meio do Dr. Eduardo, extremamente atencioso, uma alternativa no próprio regulamento: aquele que tiver um estoque obsoleto, que não será vendido, terá um mecanismo legal de dar baixa nesse estoque sem recolher o imposto substituído.

Portanto, trago notícias alvissareiras que mostram um Governo que dialoga. A Secretaria da Fazenda, que sempre teve a pecha de ser intransigente, se dispõe inteiramente a atender às reivindicações do setor atingido pela mudança. É um fato inédito. Tive a oportunidade de ver, nas mãos do Secretário Fuad, dezenas de cartões de representantes de entidades, de lojas de autopeças, de empresas de medicamentos, de distribuidoras que, no afã de levar sua sugestão ou debater o assunto, já haviam sido recebidas pelo próprio Secretário ou pela sua assessoria. Volto a dizer que as pessoas que nos procuraram foram unânimes em dizer que essa mudança é boa para Minas Gerais e para o segmento, porque evita a concorrência desleal. Assim, o Estado de Minas Gerais encontra um novo tempo, um Governador que quer fazer a coisa certa, com austeridade, sem perseguição, com critérios. Sem aumentar imposto, mudando o mecanismo de cobrança, cria uma possibilidade de nosso empresário ser mais bem sucedido e de o próprio Estado ter uma arrecadação maior. Iniciativas como essa têm que ser louvadas. Não podemos mais aumentar impostos e também não podemos nos sujeitar à concorrência predatória dos outros Estados. Temos que colocar um freio nisso. Minas Gerais não pode depender, eternamente, de comprar produtos de São Paulo, de gerar empregos e impostos para os Estados vizinhos. Não há nenhuma xenofobia, nenhum preconceito, até porque somos todos brasileiros e queremos o desenvolvimento do nosso País. Mas nós, mineiros, temos que promover o desenvolvimento de Minas Gerais. Para isso, precisávamos de um homem com a visão e a decisão do Governador Aécio Neves, que, com autoridade, mas sem autoritarismo, e com seriedade possa fazer com que Minas Gerais se imponha no cenário nacional, tomando as decisões corajosas que precisam ser tomadas, mesmo que incompreendidas num primeiro momento.

Mudar é sempre difícil; entretanto, caso ocorra com seriedade, os resultados beneficiam todos. Vejo com otimismo as mudanças que o Secretário Fuad, com a orientação do Governador Aécio Neves, traz para Minas Gerais, para que a empresa mineira seja mais competitiva e o setor de autopeças volte a crescer. Em Belo Horizonte, as redes de autopeças, como a Zinho e a Silva, cresciam, prosperavam e geravam centenas de empregos, no entanto desapareceram. Atualmente, as distribuidoras de São Paulo vendem peças em Minas sem pagar um centavo de imposto nem gerar emprego. O mesmo ocorreu com o setor de produtos farmacêuticos. As distribuidoras instaladas no Estado e os comerciantes mineiros perderam espaço, pois não conseguiam atender a grandes compradores, hospitais, clínicas e laboratórios. O distribuidor do produto de Goiás, por exemplo, não pagava um único centavo de imposto, e, além disso, não havia controle na fronteira.

Nosso Governador diz que quer governar para os mineiros, em harmonia com o Brasil, haja vista o bom diálogo com o Presidente Lula, o que é extremamente positivo para o Estado. Precisamos governar para os mineiros para que Minas volte a crescer e a gerar emprego. O Secretário Fuad e sua equipe estão de parabéns. Estou agradecido por ter levado as reivindicações do setor e ter encontrado boa acolhida. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui instado a inscrever-me hoje para, mais uma vez, tocar no assunto nacional que envolve o Sr. Waldomiro Diniz. Fi-lo não para responder a provocações, já que o vento as leva. V. Exa. assistiu a algumas delas, de tamanha gravidade e inutilidade, para as quais o parlamento deveria fechar os ouvidos, e fez bem ao cortar uma delas.

Quero discutir essa questão com seriedade. Apesar de realizarmos debates com opiniões divergentes, foram proveitosos. Respeito as opiniões, embora não concordantes, dos Deputados Miguel Martini, Mauro Lobo, Ermano Batista, pois procuram fazer análises úteis. Mas provocações com o intuito de passar uma borracha no passado, fazendo-se de vestais, são inaceitáveis. Dizer por exemplo que se trata de um dos maiores escândalos, que houve até a retirada de assinatura de CPI, fato jamais visto no Brasil, é fingir que se esqueceu do passado, que isso nunca ocorreu.

Não é essa a discussão em que gostaria de participar.

Esse tipo de provocação levou, ontem, a Oposição a perder espaço, pelo menos um setor dela, não o conjunto, o qual está com uma visão golpista e revanchista. Acharam que tirariam proveito em esquentar notícias antigas e aproveitar os holofotes, no entanto acabaram dando um "show" no Congresso Nacional, invertendo o objetivo da própria Oposição.

Há pessoas, aliás, como está no "site" do PC do B, Deputada Jô Moraes, dizendo que a denúncia, sem base, do Senador "Darlene" constrangeu a Oposição. É verdade. Aqui também existem alguns Deputados que correm o risco, se não tomarem cuidado, de virarem "Deputados Darlenes". O Senador quis tanto aparecer, anunciou tanto, mas nada comprovou, nada fez, nada demonstrou contra José Dirceu; aliás, até agora, nada foi demonstrado.

O caso Waldomiro merece resposta. O Presidente Lula, imediatamente depois das denúncias, além da demissão, nomeou uma comissão da Polícia Federal, juntamente com o Ministério Público Federal, para acompanhar o caso, que terá a resposta devida.

O que é dito, na fita, insinuando-se que Waldomiro iria modificar licitação para dar ganho de causa a uma empresa, é grave. É preciso saber, aliás, na Loteria do Estado do Rio de Janeiro, se aquilo foi modificado e se ele lucrou com o fato ilícito ali demonstrado. Isso precisa ser apurado. Há CPI no Rio de Janeiro, além do Governo Federal ter nomeado comissões para esse fim, a qual verificará, evidentemente, todo o caso.

Portanto, é preciso ter cuidado para saber até onde vamos com alguns tipos de insinuações.

O jornal "Estado de Minas", por exemplo, nesta semana, publicou uma matéria, com o título "Ligações perigosas", insinuando que o contrato com a GTech foi ilegal. Quem lê a matéria percebe que não havia conclusão quanto à ilegalidade. O próprio Procurador disse que o contrato sem licitação é uma possibilidade, mas que ele não tinha a certeza de que aquilo devia ser feito sempre, se era o caso ou não de se fazer, ainda estava em estudo. O contrato com a GTech era, no entanto, de 1997, ainda no primeiro ano do Governo Fernando Henrique. A matéria insinuava que o contrato era ilegal e que havia sido assinado agora. Ora, o contrato era de 1997, portanto no primeiro ano do Governo FHC. É evidente que é um contrato que tem que ser revisto, deve analisar-se se havia ou não ilegalidade. Como disse, o próprio Ministério Público e o Tribunal de Contas não chegaram à conclusão de que havia ilegalidade - está ainda em estudo -, mas a imprensa, a que tem uma linha de oposição ao Governo, prefere tirar outras conclusões, mesmo que as pretensas ilegalidades não sejam do nosso Governo, e sim do Governo passado.

Portanto, acho que essas questões têm-se tornado mais claras agora, tirando o tom jocoso, as brincadeiras e as provocações. O debate tem-se

colocado no devido lugar. Em breve essas questões serão, portanto, respondidas para a sociedade de maneira séria.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Deputado, V. Exa. me permite um aparte?

O Deputado Rogério Correia* - Não lhe concederei o aparte neste assunto porque V. Exa. o tem tratado de forma jocosa, tem feito brincadeira e não tem levado a sério uma discussão como essa. Tenho todo o respeito por V. Exa., mas, como disse, neste caso, V. Exa. tem sido desrespeitoso e não tem tratado com seriedade o assunto. Se quiser usar o tempo posterior ao meu, que o faça, mas no meu, neste assunto, não lhe concederei. Espero que V. Exa. compreenda, porque realmente o que V. Exa. tem feito são brincadeiras desrespeitosas que, no meu entendimento, em nada ajudam o parlamento. Peço, portanto, a V. Exa. que faça as suas observações em outra oportunidade, pois estou fazendo uma discussão séria, respeitando, inclusive, opiniões distintas. Neste momento, não pode ser de interesse geral tentar desestabilizar o País, atrapalhá-lo apenas por motivos revanchistas. Isso não ajuda em nada e precisa, portanto, ser combatido dessa forma.

Todos queremos, e o Partido dos Trabalhadores é o que mais quer, que esse assunto seja completamente esclarecido, que esse Sr. Waldomiro seja punido, assim como todos os envolvidos na denúncia. Essa é a postura que o Partido dos Trabalhadores vem tendo e que certamente cobraremos de todos até o final, o que não significa que, para isso, tenha que haver uma CPI no Congresso Nacional. Discordamos dessa tese, pois não achamos que essa é a melhor forma de se fazer a apuração do caso, em razão de não haver fato que envolva este Governo nessas questões.

Essa é a defesa que fazemos de outra linha de apuração, com o objetivo de preservar a ética nos debates sobre esse assunto, que tem sido amplamente discutido. A sociedade será esclarecida, e o País voltará à normalidade.

Em 2003 o Governo demonstrou bastante cautela quanto à estabilidade econômica do País. Isso era necessário, porque o quadro era muito grave. Durante a campanha eleitoral, José Serra, candidato derrotado, levantou a hipótese de que teríamos um caos econômico e social se Lula vencesse as eleições, a exemplo da Argentina e da Venezuela. Essa hipótese precisava ser combatida. O Governo agiu de forma enérgica, a fim de garantir a estabilidade econômica e social durante seu primeiro ano de mandato. Isso foi conseguido. Reconhecemos que o País pagou um preço alto, como a taxa de juros em 26,5% e recessão econômica, o que aumentou o nível de desemprego. Mas tais medidas foram necessárias, porque o Governo não tinha condições de romper com o capital financeiro internacional e realizar mudanças no País. Optou por outra linha, que julgo correta: iniciou mudanças na linha econômica, como a redução da taxa de juros e a conseqüente retomada do crescimento econômico.

Nos dois primeiros meses deste ano, o Governo, cuidadosamente, manteve a taxa de juros, que deverá ser diminuída em breve. Não sei se V. Exas. perceberam, mas o índice inflacionário de fevereiro baixou expressivamente. Isso permite que o Governo diminua, gradativamente, as taxas de juros, aproximando-as de um dígito. Além disso, anunciou verbas para a construção civil para aquecer a economia. A prioridade é o crescimento econômico.

Alcançaremos os nossos objetivos no segundo ano do Governo Lula, como ocorreu no primeiro ano. O PT terá ótimas condições para disputar as próximas eleições municipais. O partido e as idéias de mudança terão oportunidade de crescer. Isso incomoda muito: alguns setores da Oposição preferem travar o debate de outra forma. Tentam atingir o coração do Governo, a fim de desestabilizá-lo. Não somos um partido de anjos, não esperamos que a Oposição faça carnaval, estabelecendo CPIs para desestabilizar o País e desacreditar o Governo. Faremos as investigações necessárias e lutaremos para que o projeto de mudança dê certo. Essa é a questão fundamental. A nossa economia precisa voltar a crescer, a fim de que o desemprego seja combatido de forma eficaz e o País encontre o caminho do desenvolvimento.

Desejamos discutir sobre isso. Até o momento nada ligo o fato ocorrido no passado com o Sr. Waldomiro a erros do Governo atual, que o levasse a influenciá-lo negativamente. Evidentemente, foi um erro mantê-lo no Governo. O Ministro José Dirceu sabe que esse senhor prestou um desserviço. Porém, anteriormente não sabia, porque, se soubesse, o Waldomiro não estaria lá. Dizem que essa fita existia. Prestaram um desserviço em não mostrarem-na logo, pois se assim o fizessem, esse senhor, antes de ser designado, estaria fora do Governo. Esse seria um papel relevante que a Oposição poderia prestar na ocasião.

Portanto, essas questões começam a ser esclarecidas. O Senador Antônio Carlos Magalhães tem razão. Ontem o Senador "Darlene" prestou um serviço não só ao PT mas também ao País, pois mostrou que o tom jocoso e as brincadeiras para aparecer e desestabilizar o Governo eram tão grandes que caiu no ridículo. Alguns Deputados desta Casa por meio de suas brincadeiras jocosas, nada agradáveis, que deveriam ser estirpadas do parlamento em vez de ser fortalecidas, também nos ajudarão.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Deputado Rogério Correia, considero importantes os últimos 30 segundos, para que tenhamos um visão de País e de defesa. Registro que nesta crise política que vivemos, provocada de forma irresponsável por algumas figuras, o Presidente Lula se embandeira com algo fundamental. Ele apresentou ao responsável do FMI e ao Presidente Bush a necessidade e a urgência de se alterarem os mecanismos e as condicionantes por meio dos quais se realizam empréstimos aos países que deles necessitam. Além disso, mostrou que é necessário que os gastos com saneamento, construção civil e infra-estrutura não sejam considerados para efeito de criação de superávit. Infelizmente, o tempo não nos permite discutir isso. Considero ser fundamental compreendermos que se inicia agora, diante de uma real crise política, novo esforço para que o Brasil saia da estagnação econômica e volte ao desenvolvimento.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputada Jô Moraes.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, Deputados e telespectadores da TV Assembléia, pedi um aparte ao Deputado Rogério Correia, que disse não o ter concedido devido às minhas ponderações jocosas e desrespeitosas. Gostaria de formular uma pergunta ao Deputado Rogério Correia, que disporá do tempo que desejar para a ela responder.

O contrato com a GTech do Brasil foi realizado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Para quem não sabe, a GTech é uma empresa que gerencia todos os jogos da CEF. O contrato, que é de mais de R\$2.000.000.000,00, venceu no Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. A negociação para a renovação do contrato era realizada entre a CEF e o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não vou mostrar o que os jornais publicaram. Já havia uma negociação quando a CEF pediu um desconto de 30% no contrato. A GTech chegou a 28%. Os jornais já anunciaram isso, que está sendo investigado.

O Governo FHC queria 30% de desconto. Todas as máquinas da GTech já estavam instaladas, o equipamento já estava pago, e as máquinas estavam apenas faturando. Quando alguém faz um jogo em uma agência lotérica, o maquinário, o papel, todo o sistema não pertence à CEF, e sim à GTech. Todos os jogos da Caixa são gerenciados ali. Fernando Henrique queria 30%, conseguiu 28%.

O início do contrato deve ser investigado, assim como toda a movimentação financeira dos jogos da CEF, os prêmios que não são pagos, etc., pois vários prêmios sorteados não são vendidos, e muitos ganhadores que perderam o bilhete não buscam o prêmio. Para onde vai esse

recurso?

O Governo FHC queria fazer uma licitação para um novo contrato que estava vencendo, mas ao entrar Lula, a GTech conseguiu uma renovação com adendo de 25 meses no contrato. Uma licitação deve ser preparada com três, quatro, cinco meses. Mas o Governo Lula, negociado pelo Waldomiro, renovou o contrato com um adendo de 25 meses! Nem no tempo da ditadura víamos um adendo desse tipo! Por isso questionamos se já foram levantadas, desde aquela época, irregularidades. Qual o porquê dessa renovação de 25 meses? Por que foi dado um desconto somente de 15%, se já estava sendo acertado um desconto de 28%? Vemos o PT colocar 25 meses em uma renovação de contrato, e não três, quatro meses. Já se passou 2003, vai se passar este ano todo também, e mais um mês, e ainda poderá o Governo renovar por mais 25 meses, e virão eleições, e isso vai passando.

Deputado Rogério Correia, é isto que gostaria que V. Exa. esclarecesse: "por que, no tempo da ditadura, não víamos um contrato ser prorrogado por todo esse tempo?".

Não estou nem considerando o fato que envolve o caso Waldomiro no Governo do Rio de Janeiro, quando pegou o dinheiro, a propina. Não estou indagando sobre a fita, sobre os Srs. Carlos Cachoeira e Waldomiro no aeroporto - foi no novo aeroporto de Brasília, depois da reforma. Estamos esperando a perícia da fita para vermos a data. Há o pacote de dinheiro, que eles não conseguiram identificar e está sendo investigado. E se foi no Governo Lula? Será pior.

Depois farei solicitação a esta Casa, porque o Governo Lula está querendo acabar com todas as loterias estaduais do Brasil. Também vou ler e passar para a imprensa um documento a respeito do manifesto feito ontem, em Brasília, pela Associação Brasileira de Loterias Estaduais. Temos uma loteria estadual com mais de 70 anos, a qual não pode acabar. Vai passar tudo - até a fiscalização - para a Caixa Econômica? O próprio Deputado Durval Ângelo verificou, por meio da CPI instalada aqui, que, quando era fiscalizado pela CEF, na verdade não havia fiscalização. Durante o tempo em que funcionaram os bingos em Belo Horizonte e em Minas Gerais, nenhum fiscal da CEF veio aqui.

Quando fiz o projeto da estadualização dos bingos foi justamente para ter um fiscal em cada bingo, identificando os ganhadores, os jogadores, para verificar se havia "laranjas". Verificamos tudo isso, nesta Casa, por intermédio de uma CPI. Foram presos 12 empresários. O Deputado Durval Ângelo lembra que apenas três deles eram de Minas Gerais e o restante de outros Estados.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - Deputado Alencar, em primeiro lugar, quem sou eu para entender de jogo tanto quanto V. Exa entende. Não tenho o menor conhecimento.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Não tenho amigos como os tem V. Exa., mas entendo um pouco de jogo.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - V. Exa. não tem amigos, mas é do meio.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Nunca me viram pedindo dinheiro para campanha, e graças a Deus não tenho amigo assim.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - V. Exa. não precisa pedir, porque vem voluntariamente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Não vem de jeito nenhum. Vou abrir minha conta, e V. Exa., a sua.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - Perfeitamente, na hora em que V. Exa. quiser.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Se quiser, faremos isso agora.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - Esta discussão pode ser interessante para nós dois, mas não o é para a sociedade, que precisa discutir assunto de maior relevância. Em primeiro lugar, diante de tantas acusações, dúvidas apresentadas por V. Exa. e pela imprensa, dou nota 10 para Lula, por ter editado medida provisória para parar com essa jogatina e, depois, botar ordem na Casa. Nota 10! Maravilha! Trata-se de "nego" de raça e coragem que quer aprofundar e resolver o problema. Quando um negócio está muito bagunçado, é preciso pará-lo para revê-lo. Por isso dou nota 10 para o Lula, pois teve coragem. Temos de aplaudi-lo. Não só a sociedade e a imprensa, mas também V. Exa., que bem entende do ramo, apontam uma série de interrogações. Temos de bater palmas para o Lula.

Em segundo lugar, fico bobo, pois V. Exa. acompanha com muito cuidado os jogos que acontecem no Brasil. Fernando Henrique Cardoso manteve com a GTech alguns meses de convênios e anos de contratos, mas só no último mês veio baixar em 30%, Deputado Alencar.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - O contrato não pode ser mexido antes, Deputado.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia conseguido 28%, nunca poderia paralisar o contrato, porque havia cláusulas e multas. Para negociar-se novo contrato, ninguém aqui é bobo ou leigo, é preciso terminar o existente. Por isso, a negociação deu-se nos últimos três meses de Governo.

Eu, se Presidente da República, pararia tudo. Não se deve tentar consertar a loteria estadual. O conserto deve vir por Brasília. Com tranqüilidade, digo que fiquei boquiaberto com as notícias da imprensa. Falei desse contrato de Minas Gerais aqui, há muito tempo. Todos os Deputados receberam, em abril do ano passado, carta minha explicando, item por item, a renovação, o perdão da dívida e tudo o que eu estava analisando naquele momento.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Gostaria, para colocar ordem nos trabalhos, de alertar o Deputado Alencar da Silveira Jr. - não se trata de afirmação minha, mas são boatos: dizem que os bingos e a loteria estão sendo fechados porque o Governo Federal, nesse interregno da proibição dos bingos no Brasil, teria recebido uma proposta irrecusável de donos de cassinos de Las Vegas para implantar três cassinos no Brasil. E a exigência deles seria de que acabassem com todos os jogos existentes dentro do País, para que, assim, sobrasse "dinheirinho" para a turma lá de fora.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, o Projeto de Lei nº 150/2003, do Deputado Carlos Pimenta, dispõe sobre

a fabricação de medicamentos genéricos pela FUNED. O conteúdo desse importante projeto busca destinar 50% do lucro líquido auferido pela Loteria Mineira à fabricação de medicamentos genéricos pela FUNED. Tivemos a oportunidade de, na fase de apresentação de emendas ao projeto, continuar os debates, que a Assembléia e a sociedade mineira já realizam há algum tempo, em especial a Comissão do Trabalho, a partir de requerimento apresentado por mim e pela Deputada Marília Campos, em audiência pública e eventos, sobre a polêmica destinação de verbas da Loteria Mineira. Ao longo dos anos, acompanhamos, em Minas Gerais, sucessivos decretos alterando as regras e as normas referentes à destinação da receita líquida auferida pela Loteria Mineira. Mais que isso, assistimos à efetiva inobservância, ou seja, ao não-cumprimento dessas normas regulamentadoras dos repasses efetuados pela Loteria Mineira.

Os decretos se sucederam, mas não foram cumpridos. A sociedade brasileira está discutindo a questão dos jogos, das loterias, dos bingos, guardadas as especificidades e as diferenças. O montante auferido pela Loteria Mineira diz respeito a concurso de prognóstico. Discutirei o conteúdo do projeto e tentarei buscar uma espécie de consolidação e síntese dos debates ocorridos no ano passado por esta Assembléia, os quais resultaram na apresentação de emendas, subemendas e substitutivo ao Projeto de Lei nº 150/2003, do Deputado Carlos Pimenta.

A Loteria Mineira foi criada por um decreto-lei em 1939, ou seja, opera em nosso Estado há muitos anos. A Constituição de 1988 estabeleceu como uma das fontes de financiamento da seguridade social recursos advindos de concurso de prognósticos, seja no âmbito estadual, seja no federal. Durante todos os anos de funcionamento, a Loteria Mineira, autarquia estadual vinculada à administração indireta, foi regulada por decretos e leis que alteraram seu funcionamento. São 174 normas jurídicas que regulamentam o funcionamento da Loteria Mineira, o que vem mudando ao longo dos anos. No Governo Aécio Neves, a Lei Delegada nº 88, de 2003, e o Decreto nº 43.270, de abril de 2003, estabeleceram competências, atribuições, estrutura organizacional e critérios para a partilha desses recursos.

Gostaria de chegar ao centro do debate sem discutir se deve haver ou não concurso de prognóstico ou outras modalidades de jogos. O concurso de prognóstico é legal. Em Minas Gerais, funciona por meio da Loteria desde 1939 e tem uma receita líquida. É praticamente a mesma receita destinada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes - SEDESE - e o Estado de Minas Gerais. Portanto, é um volume grande, sem entrar no mérito da questão da existência na Loteria Mineira de concurso de prognóstico.

A Deputada Marília Campos teve papel destacado nesse debate. Levantamos questões de natureza legal e pública que apontam para um desvirtuamento do papel de repassador de recursos, de definidor de critérios, para que os recursos sejam repassados. Historicamente foram concentrados e politicamente usados inadequadamente pelos gestores da Loteria Mineira.

Desde a Constituição de 1988, as áreas a que estão subordinadas as competências de destinação de recursos da Loteria Mineira são reguladas por leis complementares estaduais, que estabeleceram a criação de conselhos e fundos específicos. Cito duas: a área da assistência social, que tem a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS -, de 1993, que prevê comando único, conselhos e fundos estaduais para a deliberação de como e onde aplicar os recursos, e a área da saúde, que tem uma lei federal anterior, a Lei nº 8.080, que estabeleceu competências vinculadas aos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde e a seus respectivos fundos; portanto, desde a Constituição de 1988 e as leis de 1990, no caso da saúde, e de 1993, no caso da assistência social, os recursos destinados para essas áreas devem passar necessariamente pelo crivo de conselhos e ser subordinados a fundos municipais e estaduais. Entretanto essa não é a realidade verificada no Estado e em outras esferas.

As leis e os decretos que organizam o funcionamento da Loteria Mineira especificam as áreas de destinação dos recursos - saúde, educação, assistência e desenvolvimento social -; todavia, cidadãos e cidadãs, apesar de existirem leis muito claras que estabelecem o controle da sociedade sobre a destinação desses recursos, em Minas Gerais, isso nunca foi respeitado, desde a Constituição de 1988.

É muito comum o uso político-eleitoreiro dos recursos resultantes da receita líquida auferida pela Loteria Mineira. Os critérios vão ao sabor dos desejos dos Diretores e dos Superintendentes, que, muitas vezes, talvez não por má-fé, mas por desconhecimento das normas que regem as políticas públicas, faziam um papel que constitucionalmente não lhes era atribuído, evidentemente com a aquiescência e a cobertura política dos ex-Governadores.

Não estou dizendo que os recursos da Loteria foram mal utilizados, mas sim que não cumpriram a destinação legal prevista. Em algumas vezes, não foram bem aplicados nem cumpriram sua finalidade. Não podemos, na administração pública, fazer análise subjetiva da intencionalidade de gestor público, temos de cumprir a lei, e, no caso, as leis da área da saúde e da assistência foram conquistas da sociedade.

A Loteria Mineira - pasmem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas! - fazia até registro de entidades, ato de total responsabilidade de conselhos da saúde e da assistência da criança e do adolescente. Recursos que deveriam ir para creches e para a saúde eram destinados a áreas que já tinham recursos e nada tinham que ver com a finalidade prevista na lei que regula a própria Loteria. Tudo isso, como já disse, ia flagrantemente contra a Constituição de 1988.

Esse projeto chega aqui com emendas, substitutivos e subemendas, que refletem o acúmulo de trabalho nesta Assembléia para colocar um ponto final nessa história. Projetos de lei tramitaram nesta Casa durante anos. Já houve comissão especial. O projeto do Deputado Carlos Pimenta tramita há bastante tempo nesta Casa. Já realizamos audiência pública, sabatina, várias reuniões, encontros e debates. Neste momento, em que o Brasil discute a questão dos jogos e das loterias, a Assembléia Legislativa poderia dar um bom exemplo, regulamentando, de forma clara, transparente e ética, a destinação dos recursos auferidos pela Loteria Mineira.

Farei análise das emendas, dos substitutivos e das subemendas.

Concedo aparte à Deputada Marília Campos, também autora desse requerimento, que tem acompanhado, de maneira tecnicamente sustentada, esse debate na Assembléia.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - Obrigada pelo aparte. Deputado André Quintão, fomos muito atuantes na Comissão do Trabalho e realizamos vários debates. Na época em que sabatinamos o Presidente da Loteria, V. Exa. já havia iniciado esse debate, que culmina com a discussão desse projeto. No dia 8 de dezembro, realizei um pronunciamento nesta Casa, em que tornei pública uma carta que recebi do Presidente da Loteria, comunicando que os recursos da Loteria Mineira, a partir daquela data, seriam destinados ao Fundo de Assistência Social, que era encarregado da distribuição dos recursos da Loteria, no caso, da concessão das bolsas. Em meu pronunciamento, disse que considerava isso um grande avanço, talvez fruto dos debates que realizamos nesta Casa. Antes, os recursos e as bolsas eram distribuídos seguindo critérios até mesmo eleitoreiros. Agora, quem decidiria os critérios seria o Conselho Estadual de Assistência Social.

Com essa decisão do Presidente da Loteria, alcançamos um avanço, acredito, fruto das discussões que travamos na Comissão e nas audiências públicas. Em meu pronunciamento, solicitei o apoio dos Deputados a esse projeto e a sua agilização, para que fosse regulamentada, de vez, essa política que discutíamos nos debates realizados na Comissão do Trabalho.

Deputado André Quintão, acredito que o projeto, da forma como está, recebendo, inclusive, mais uma emenda, avança muito. Na Comissão do Trabalho e nas audiências públicas, estivemos juntos realizando esse debate. Caso o projeto seja aprovado da forma como está, significará um avanço e o fortalecimento dos conselhos de políticas públicas. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão - Complementarei o que disse a Deputada Marília Campos, nessa linha de raciocínio, para que os Deputados, as Deputadas, as cidadãs e os cidadãos que acompanham esta reunião ordinária possam entender o conteúdo dessas emendas e subemendas. O Deputado Carlos Pimenta apresentou o projeto original, que destina 50% da receita líquida da Loteria Mineira à FUNED, exatamente para aquisição de matéria-prima para a fabricação de medicamentos genéricos.

É nobre a intenção do autor do projeto, uma vez que sabemos da importância não apenas da FUNED, mas dos reflexos produzidos por uma medida dessa natureza, ao facilitar e aumentar a produção dos medicamentos genéricos, favorecendo sobretudo a população mais pobre de Minas Gerais. Na tramitação da matéria, diversas Comissões, em especial a do Trabalho, realizaram audiências públicas. A partir daí, essa ação foi subsidiando os trabalhos das outras Comissões da Assembléia. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi apresentado substitutivo que delega todos os recursos auferidos pela receita líquida da Loteria Mineira ao Fundo Estadual de Assistência Social. Na Comissão de Saúde, essa proposta foi aperfeiçoada, tendo sido apresentada emenda determinando que não apenas esse fundo, mas outros tão importantes como ele também recebessem percentuais específicos. Já na Comissão de Fiscalização Financeira, houve subemenda estabelecendo a destinação, em percentual, para cada fundo. Acredito que essa subemenda seja uma espécie de guia para a votação da matéria por parte das Deputadas e dos Deputados. Ela prevê que, da totalidade da receita líquida, 20% sejam encaminhados para o Fundo Estadual de Assistência Social, 20% para o Fundo da Infância e da Adolescência, 25% para a FUNED, 25% para a FHEMIG, 5% para o Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Humanos e 5% para o Fundo do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Portanto, houve uma democratização do bolo gerado pela Loteria Mineira. Sabemos que a Comissão Especial da UEMG está apresentando uma emenda em Plenário que, como disse a Deputada Marília Campos, avança um pouco mais, porque retira 5% da FUNED e 5% da FHEMIG, colocando-as no mesmo patamar dos Fundos da Criança e da Assistência e destinando 10% para a UEMG. Vejam a importância deste debate realizado hoje na Assembléia. Em breve, aprovaremos fontes permanentes de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social. Lembro-lhes que o investimento do Estado para esse setor é, em média de 0,3. A medida significa fonte permanente de recursos para a área da criança e do adolescente, significa fonte fixa de recurso para o patrimônio histórico. Sabemos da importância de se preservar o patrimônio artístico e histórico em um Estado como Minas Gerais, síntese do Brasil.

Minas Gerais é a alma da nossa história e vem sendo corroída ao longo do tempo, muitas vezes pela ausência de uma política permanente de preservação responsável e sustentável dos seus bens materiais e imateriais. Estamos falando de recursos fixos para a área de proteção aos direitos humanos do Estado de Minas Gerais. Estamos mantendo a intenção original do autor do projeto, Deputado Carlos Pimenta, de destinar 20% dos recursos para a fabricação de medicamento genérico no Estado de Minas Gerais e 20% para a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG. Esse é um debate, um projeto importantíssimo, com emendas, substitutivos e subemendas, porque saímos dessa área nebulosa que é a aplicação dos recursos. Não falo deste Governo. Esse é um mal crônico que se arrasta. O Governador Aécio Neves até utilizou um expediente interno de democratização das decisões na Loteria. No âmbito do Governo do Estado criou um conselho de administração presidido pelo Secretário de Governo. Mas esse conselho de administração só tem componentes do próprio Governo, é um conselho "chapa branca", governista, que reproduz a lógica de Governo e não desse debate construtivo com a sociedade civil, assumindo atribuições de outros conselhos. Vejo aqui a Deputada Jô Moraes, militante da área da saúde. O Conselho Estadual de Saúde é que define prioridade e diretriz de investimento na área de saúde e não o Conselho de Administração da Loteria. Está errado. Houve até uma tentativa de desconcentrar o poder, mas não de desconcentrar só da mão do Presidente da Loteria, porque, em geral, o Presidente da Loteria era uma espécie de correio de transmissão do interesse da Casa Civil. Incorpora outros Secretários da área social do Governo. É um passo adiante, mas ainda muito tímido, que confronta a Constituição Federal de 1988. Só isso já seria suficiente para ser alterado, porque vivemos num Estado de direito democrático, e a Constituição é a nossa lei maior; mas confronta também os princípios básicos da política pública. A Loteria Mineira tem por missão gerar recursos para a seguridade social e não deveria ela própria, por si, definir onde e como registrar e fiscalizar entidades.

No âmbito da educação especial também tivemos resultados desses debates realizados na Assembléia. Como registrou a Deputada Marília, já é um avanço. Uma parcela desses recursos destinada à área de educação especial hoje passa a ser monitorada pelo Conselho Estadual de Assistência Social. Aqui queria me dirigir às famílias que têm bolsas da Loteria Mineira, às famílias que têm crianças portadoras de necessidades especiais em escolas que recebem subsídios da Loteria Mineira. Tivemos o cuidado de realizar, na Comissão do Trabalho, audiência pública com essas famílias para não gerar nenhum tipo de alarmismo, porque as famílias que utilizam essas bolsas realmente precisam. Dissemos que queríamos moralizar a distribuição dessas bolsas, que queríamos que as bolsas chegassem a essas famílias como direito e não como favor. Quem tem uma criança excepcional em casa não pode pedir favor. Cabe ao Estado assegurar o direito da criança e dessa família. É indigno, desumano, injusto, cruel tratar essas famílias como clientes eleitorais. Realizamos debates com essas famílias para garantir a continuação do atendimento, que precisa ser expandido, já que é insuficiente.

Caminhando para o final deste pronunciamento, que discute o Projeto de Lei nº 150/2003, apelo aos Deputados e às Deputadas para que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais dê bom exemplo ao Brasil, como tem feito nesta legislatura. Quem olha os boletins, os relatórios, a retrospectiva de trabalho das comissões, o resultado do Plenário, o trabalho dos Deputados e das Deputadas percebe que, em vários assuntos, esta Casa antecipou-se ao debate nacional. Fico à vontade, porque integro a bancada da Oposição. Realizamos debates importantes, inclusive aperfeiçoando projetos do Governo Estadual. A Assembléia Legislativa é pioneira na discussão com o terceiro setor, na discussão da parceria público-privada e, por iniciativa própria e em parceria com o Governo Estadual, na elaboração de um plano plurianual participativo. Ao enfrentar assuntos espinhosos, como a questão do teto e do subteto, e ampliar o espaço de interlocução com a sociedade, esta Casa tem dado exemplos de determinação.

Agora não será diferente, e faço um apelo. O projeto discutido apresenta emenda importante referente à UEMG. Como integrante da bancada pró-UEMG, conhecemos a importância da escola estadual pública para o desenvolvimento regional do Estado de Minas Gerais. Em audiência, o Governador acenou para o caminho de verbas que poderiam ser captadas por intermédio de outros instrumentos, como a loteria. Com a emenda apresentada pela Comissão Especial da UEMG, o projeto volta a ser debatido nas demais comissões. Neste momento, o acúmulo servirá para aprovarmos um projeto final que destine 20% à assistência social, 20% à criança e ao adolescente, 5% ao patrimônio histórico e artístico, 5% aos direitos humanos, 20% à FUNED, 20% à FHEMIG e 10% à UEMG.

A partir daí, é preciso deixarmos os gestores da Loteria Mineira com todas as energias administrativas voltadas para a regularização do funcionamento interno da Loteria, a fim de que se dê prosseguimento a essa auditoria, para se ver o passado, o presente e o futuro, e de que, dentro da lei, se amplie a sua captação de recursos e se tire das mãos dela esta atribuição equivocada de fazer parte de Conselhos das Secretarias de Desenvolvimento Social e da Saúde; e também para que gestores de saúde parem de fazer gracinhas aqui e acolá. Volto a dizer que não estou falando do atual Diretor nem de Diretores específicos que por lá passaram, pois ela já teve bons Diretores, pessoas sérias. E, é lógico, se não se tem critério, muitas vezes a pressão vem até de cima, como do Governador, do Secretário de Governo, da Casa Civil.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está na hora de a Assembléia dar esse passo firme para moralizar, democratizar, tornar mais eficaz a utilização dos recursos da Loteria, porque, ainda que a escolha seja bem feita e passe longe de interesses políticos e eleitorais, muitas vezes existem entidades que podem estar recebendo mais e outras que não recebem de ninguém, assim como existem as que recebem de vários órgãos públicos ou privados, mas sem terem uma política integrada de gestão e acompanhamento por parte do poder público. Peguemos o exemplo do Governo Lula, que unificou os ministérios da área social. Está na hora de as políticas públicas serem integradas e terem controle social, terem monitoramento e avaliação, porque o gasto social no Brasil, muitas vezes, em volume absoluto, é alto; é insuficiente e tem de aumentar, mas, em números absolutos, são recursos que poderiam alterar a qualidade de vida de milhões de brasileiros. No entanto, por uma gestão inadequada, por uma ausência de avaliação da aplicação, saem pelo ralo.

Então, além de tudo, se colocarmos mais recursos para a saúde, para o patrimônio histórico, para a criança e para a assistência, sem várias torneiras abertas, possibilitando uma gestão integrada, com certeza o resultado da política pública pode ser melhor.

Seriam essas, então, as considerações que gostaria de fazer. Solicito que se agilize nas comissões a análise da emenda que, em tão boa hora,

traz a UEMG, também, para o centro do debate na Assembléia. Que possamos, dentro de poucos dias, dar esse exemplo para o Brasil e dizer: dos recursos advindos de loteria em Minas Gerais, cada centavo é aplicado onde a vida humana está sendo mais agredida, nos setores que, de fato, a sociedade civil define como prioridades; mais que isso, é bem aplicado e altera para melhor a vida das pessoas. Que em breve possamos estar aqui fazendo declaração de voto com relação à aprovação na íntegra do projeto, com seus aperfeiçoamentos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/2/04, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado José Henrique

exonerando, a partir de 11/3/04, Jaqueline Ribeiro Amorim do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Juarez José da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Carlos Antonio Rodrigues Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rogério Silveira e Sá para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do artigo 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o artigo 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, observado o disposto no artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº 41, de 19/12/03, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/01, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/01, na forma da Decisão da Mesa de 17/10/01, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 11/2/04, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Maria Cândida Soares Moreira, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 20, de 15/12/98, observado o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, na Lei nº 15.014, de 15/1/04, e nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 26/1/04, a servidora Maria José Miranda Mendes, ocupante do cargo de Analista Legislativo – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.